

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Simone Maciel Margis**

**O CONCEITO DE COMUNIDADE DE DESTINO NA OBRA “DIE  
NATIONALITÄTENFRAGE UND DIE SOZIALE DEMOKRATIE” (1907) DE OTTO  
BAUER**

**Santa Maria, RS 2017**

**Simone Maciel Margis**

**O CONCEITO DE COMUNIDADE DE DESTINO NA OBRA “DIE  
NATIONALITÄTENFRAGE UND DIE SOZIALE DEMOKRATIE” (1907) DE OTTO  
BAUER**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de concentração História, Poder e Cultura, Linha de Pesquisa Fronteira, Política e Sociedade da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito para obtenção do grau de **Mestre em História**.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Armani

Santa Maria, RS 2016

**Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática  
da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

Maciel Margis, Simone

O Conceito de Comunidade de Destino na Obra \"Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie\" (1907) de Otto Bauer / Simone Maciel Margis.- 2017.

73 p.; 30 cm

Orientador: Carlos Henrique Armani  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2017

1. História 2. Nação 3. Austromarxismo 4. Temporalidade 5. Otto Bauer I. Henrique Armani, Carlos II. Título.

**Simone Maciel Margis**

**O CONCEITO DE COMUNIDADE DE DESTINO NA OBRA “DIE  
NATIONALITÄTENFRAGE UND DIE SOZIALDEMOKRATIE” (1907) DE OTTO  
BAUER**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de concentração História, Poder e Cultura, Linha de Pesquisa Fronteira, Política e Sociedade da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito para obtenção do grau de **Mestre em História**.

**Aprovado em 1 de fevereiro de 2017.**

---

**Carlos Henrique Armani, Dr.(Presidente/Orientador)**

---

**José Martinho Rodrigues Remedi, Dr. (UFSM)**

---

**Ricardo Oliveira da Silva, Dr. (UFMS)**

*À minha família.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer novamente a Deus pela realização deste trabalho.

Deixando um pouco minhas crenças de lado, agradeço imensamente a minha família – em especial minha mãe, Rita Margis, que participou ativamente (e passivamente desta dissertação, ouvindo-me incansavelmente ler e reler as diversas correções – e correções, e correções, e correç... - e releituras feitas durante estes dois anos de minha vida de mestrandra) quando estava quase tendo um ataque de nervos e desistindo de tudo, onde seus conselhos foram valiosos e gestos de carinho muito necessários; ao meu pai, Denis Margis, que mesmo até hoje sem entender como uma pessoa consegue ficar quase cinco horas em frente ao computador e conseguir escrever uma mísera frase, me apoiou nestes dois anos de Mestrado da forma mais amável possível; ao meu namorado Pedro Henrique Doleski, que passando pela mesma situação que eu, portou-se de forma muito paciente às minhas divagações teóricas e reclamações sem sentido – continua sendo meu porto seguro quando eu mais preciso. Te amo.

Gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Carlos Henrique Armani, que aceitou me orientar também no Mestrado, não só de forma acadêmica, mas quase como ajuda psicológica a minha total falta de autoestima no processo da escrita. Agradeço às orientações valiosas.

Agradeço também a Professora Doutora Maria Medianeira Padoin por toda a ajuda que prestou durante estes dois anos. Toda mesmo.

Aproveitando, agradeço à Capes pelo financiamento desta pesquisa.

Aos professores do PPGH que fizeram parte desta caminhada, principalmente o Professor Doutor André Átila Fertig pela ajuda com bibliografias complementares a minha pesquisa. Por falar nisso, agradeço à banca de qualificação pelas correções e sugestões em meu capítulo: Professor André Átila Fertig e Professor Ricardo Oliveira da Silva e finalmente, mas não menos importante, ao Professor José Remédi pelo aceite de participar de minha banca.

Agradeço a amizade e o companheirismo que se formou com meus colegas de Mestrado e Doutorado: Fábio Wilke e Roberta Specht pela companhia que se formou no tempo das “vacas magras” do primeiro semestre e que perdura até os dias atuais; a Fabiana da Silva pelas trocas de bibliografia sobre nação e a presença incansável no processo de organização dos Anais do Cihis; ao Pablo Dobke, meinFreund, que cuja

amizade parece datar de tempos imemoriais, mostrou-se parceiro em todos os sentidos. Danke!

Agradeço, principalmente nestes últimos tempos, aos companheiros de nervosismo: Rayssa Wolf, Felipe Girardi e Gilvan Moraes.

Ao João Minuzzi, Carlos Piasini e Gustavo Andrade por sempre perdoarem minhas ausências nas idas naBella Trento (embora me lembrem disso toda hora);

Aos amigos de longa data, Janice Amaral e Assis Nunes por estarem presentes na minha vida, mesmo quando eu estava ausente (o que foi quase sempre nestes últimos dois anos); A Thaís Balk que se mostrou firme com relação a nossa amizade (mesmo ela tendo um hiato de quase seis meses);

Como não poderia faltar, agradeço minha irmãzinha do coração que já não está mais entre nós (Strella) e à nova integrante da família, que mal chegou e já comeu um pedaço do polígrafo contendo os artigos em alemão do Otto Bauer, Dolores.

Por fim, esta dissertação é dedicada a todos que, de alguma forma, ajudaram em sua elaboração.

Muito obrigada!

*“- O comunismo já pode ser visto no horizonte – declara Khrutchev em um discurso.*

*A parte de um ouvinte:*

*- Camarada Khrutchev, o que é horizonte?*

*- Procure no dicionário -, respondeu NikitaSergeievitch.*

*Desejoso de esclarecimento, o ouvinte, ao chegar em casa, encontra em uma enciclopédia a seguinte explicação: “Horizonte, uma linha imaginária que separa o céu e a Terra, e que se torna mais distante quando dela nos aproximamos.”*

*A. DROZDZYNSKI, 1974 in. KOSELLECK, 2015.*

## RESUMO

### O CONCEITO DE ‘COMUNIDADE DE DESTINO’ NA OBRA ‘DIE NATIONALITÄTENFRAGE UND DIE SOZIALEDEMOKRATIE’ DE OTTO BAUER (1907)

AUTORA: SIMONE MACIEL MARGIS

ORIENTADOR: PROF. DR. CARLOS HENRIQUE ARMANI

A dissertação de Mestrado intitulada “O Conceito de Comunidade de Destino na Obra ‘Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie’ de Otto Bauer (1907), desenvolvida na Linha de Pesquisa Fronteira, Política e Sociedade, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria e aos Projetos de Pesquisa “O Conceito de Comunidade de Destino na Obra „Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie” (1907) de Otto Bauer”, ao Grupo de Pesquisa “História Intelectual nos Séculos 19 e 20: Filosofia, Cultura, Política”, coordenados pelo Profº Dr. Carlos Henrique Armani, tendo auxílio de uma Bolsa Capes/DS, teve como objetivo realizar uma análise interna da Obra de Otto Bauer (1881-1938), intitulada “Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie” no que se refere à construção do significante nação a partir de uma metodologia proposta pela História das Ideias. Para tanto, pretendeu-se expor as intenções de Bauer acerca da formação da complexa rede hierárquica de conceitos constitutivos do ser-nação, cujos entrelaçamentos identitários dos conceitos de Comunidade Natural e Cultural culminam no que Bauer denominou “Comunidade de Destino”, representado pela *vontade* na projeção a um fim comum. Seguindo a análise, propomos também analisar as implicações temporais na teoria do autor, de forma a identificar o uso da temporalidade em sua perspectiva nacional. Assim, procuramos entender como Otto Bauer compreendia o fenômeno nacional a partir de seu corpus textual – tanto de Bauer quanto de autores relacionados a ele – bem como as implicações temporais em seu discurso.

**Palavras-chave:** História das Ideias; Nação; Temporalidade.

## ABSTRACT

### **THE CONCEPT OF 'COMMUNITY OF DESTINATION' IN OTTO BAUER'S 'DIE NATIONALITÄTENFRAGE UND DIE SOZIALDEMOKRATIE' (1907)**

AUTHOR: SIMONE MACIEL MARGIS

ADVISOR: CARLOS HENRIQUE ARMANI, DR.

The Master's Dissertationentitled "The Concept of Community of Destination in Otto Bauer's 'Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie' (1907), developed in the Research Line Frontier, Politicsa nd Society, linked to the Graduate Program in History of the University Federal University of Santa Maria and Research Projects "The Concept of Community of Destination in Otto Bauer's Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie" (1907) ", to the Research Group "Intellectual History in the 19th and 20th Centuries: Philosophy, Culture, Policy, coordinated by Prof. Carlos Henrique Armani, DR., with featured of a Capes/DS scholarship, aimed to carry out an internal analysis of Otto Bauer's work (1881-1938) entitled "Die Nationalitätenfrageund die Sozialdemokratie". Refers to the construction of the significant nation from a methodology proposed by the History of Ideas. In order, it was intended to expose Bauer's intentions about the formation of the complex hierarchical network of constitutive concepts of being-nation, whose intertwined identities of the concepts of Natural and Cultural Community culminate in what Bauer called "Community of Destination", represented by the will In the projection to a common end. Following the analysis, we also propose to analyze the temporal implications in the author's theory, in order to identify the use of temporality in its national perspective. Thus, we try to understand how Otto Bauer understood the national phenomenon from his textual corpus - both Bauer and related authors - as well as the temporal implications in his discourse.

**Key Words:** History of Ideas; Nation; Temporality.

## SUMÁRIO DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Hierarquia conceitual da Comunidade de Caráter de Otto Bauer .....	46
<b>Figura 2</b> – Formação do indivíduo na Comunidade de Caráter Nacional .....	50
<b>Figura 3</b> - Esquema da Tríade Temporal dos discursos nacionais de Levinger e Lytle (2001) .....	58
<b>Figura 4</b> – Esquema da Tríade Temporal de Levinger e Lytle (2001), adaptada para a teoria de Otto Bauer (1907) sobre o caráter nacional .....	70

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	24
<b>CAPÍTULO I - CRÍTICA DA RAZÃO NACIONAL .....</b>	32
1. AUSTROMARXISMO NO CONTEXTO DO FIN-DE-SIÈCLE VIENENSE: POLÍTICA, IDEOLOGIA E NAÇÃO .....	32
1.1. CRÍTICA DA NAÇÃO .....	41
1.2. HIERARQUIA CONCEITUAL DA COMUNIDADE DE CARÁTER NACIONAL .....	45
<b>CAPÍTULO II – TEMPO NA NAÇÃO .....</b>	52
2.1. TEMPORALIDADE E NAÇÃO. .....	54
2.2. TEMPORALIDADE NA COMUNIDADE DE CARÁTER NACIONAL .....	63
2.3. NAÇÃO, SOCIALDEMOCRACIA, TEMPORALIDADE .....	66
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	71
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	73

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação intitulada “O Conceito de Comunidade de Destino na Obra ‘Die Nationalitätenfrage und Die Sozialdemokratie’ de Otto Bauer (1907)” foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, na Linha de Pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade” com orientação do Professor Doutor Carlos Henrique Armani, contando com financiamento de uma Bolsa Capes/DS. Propomos analisar nesta pesquisa a perspectiva de Otto Bauer (1881-1938) sobre a formação do conceito de nação em sua obra máxima “Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie”, cuja publicação se deu um ano depois de Bauer concluir a obra, em 1907. Esta Obra se destaca das demais porque Otto Bauer intencionou pensar o ser-nação a partir das teorias desenvolvidas pela Socialdemocracia austríaca – também conhecida como Austromarxismo -, frente aos questionamentos sobre a possibilidade de uma identidade nacional coexistir com o ideal de consciência de classe internacional. Afinal, seria possível pensar a nação sem causar tensões teóricas com a Socialdemocracia? Para Bauer, sim.

O prefácio à segunda edição de sua Obra, datada de 1924, traz um aspecto interessante sobre a repercussão que sua perspectiva nacional obteve nos dezessete anos posteriores à primeira edição. Segundo Bauer, Karl Kautsky criticou sua noção de Comunidade de Destino como significado máximo do caráter nacional. Kautsky, organizador do periódico alemão acerca das teorias marxistas “Die Neue Zeit”, publicou uma crítica a Bauer, determinando que nação deveria ser entendida como comunidade linguística, ou seja, identificar o contexto linguístico do espaço nacional faz com que um grupo possa distinguir o que é constitutivo da nação do que não o é. O contexto linguístico envolveria não só a diferenciação do idioma, mas os conceitos disponíveis a determinada comunidade em determinado estrato de tempo. Bauer pareceu bastante incomodado com a redução que Kautsky fez de sua teoria no artigo “Nationalität und Internationalität”, primeira publicação de sua revista datada de 1917, tanto que no prefácio da segunda edição, o autor austríaco reserva boa parte de seu texto para rebater esta crítica. “Veamos entonces um poco más de cerca el concepto de comunidad lingüística!” (BAUER, 1977, p. 14).

Para fins de contextualização, farei uma breve exposição de aspectos biográficos de Bauer.

Otto Bauer nasceu no dia 5 de setembro de 1881 em Viena, no Império Austro-Húngaro e morreu em 4 de julho de 1938, em Paris, na França. Sua trajetória política foi conturbada; PhD em Direito pela Universidade de Viena, foi militante socialista desde 1905, atuando política e teoricamente em favor das peculiaridades das teorias desenvolvidas pelo Austromarxismo. Bauer ajudou a organizar o periódico “Der Kampf” em 1907 e foi secretário do partido Socialdemocrata até 1914. Algumas fontes<sup>1</sup>, porém, apontam para uma aproximação de Bauer, principalmente nos anos posteriores a 1918, dos ideais de unificação da Áustria com a Alemanha (Pangermanismo), fato que não se concretizou com o fim da Primeira Guerra Mundial e com o Tratado de Versalhes. Outro fato que o liga ao grande conflito do século XX foi sua prisão logo no início da Primeira Grande Guerra pelas tropas da Frente Oriental quando serviu ao exército austro-húngaro. Foi nomeado Ministro das Relações Exteriores entre 1918 e 1919, quando líder do Partido Socialdemocrata Austríaco. Em 1934 participou do levante da socialdemocracia contra a tomada de poder do Partido Social Cristão em Viena, que acabou fracassada e culminou em seu exílio na Tchecoslováquia. Bauer acabou indo para Paris e lá ficou até o ano de sua morte, em 1938. Interessante notar que Bauer viveu quatro meses para ver a Alemanha Nazista anexar a Áustria em março de 1938 (Anschluß) antes do plebiscito de abril.

\*\*\*

A presente dissertação está intimamente vinculada a trabalhos que realizei durante meu Curso de Graduação em História pela UFSM, da qual participei como bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/Cnpq – durante minha participação de Projetos de Pesquisa coordenados pelo Prof. Dr. Carlos Henrique Armani. Alguns questionamentos encontrados aqui apareceram no decorrer deste projeto de pesquisa, como foi o caso do entrelaçamento da questão da temporalidade e a constituição do ser-nasão; a Obra de Otto Bauer surgiu a partir destes questionamentos.

---

<sup>1</sup> MATTL, Sigfried. Der Groß Illusionist. Book Reviews. 2011.

Foi utilizado para a realização desta pesquisa duas edições do livro de Otto Bauer. A primeira edição (1907), em alemão, e a edição de 1977, traduzida para o espanhol. Nas citações ao do texto foi utilizada a edição em espanhol, porém, alguns conceitos chave foram utilizados em seu original em alemão, para não perder o sentido de seus significados.

Como orientação teórico/metodológica foram utilizados os preceitos da História das Ideias. Faz-se necessário dizer que é um campo de diálogo direto com outras áreas, especialmente com a Filosofia, embora o trabalho do historiador das ideias se diferencie do filósofo: não há a necessidade de se buscar, por exemplo, uma linha coerente no pensamento de determinado autor a fim atestar se a obra em questão é ou não viável a partir do propósito inicial da mesma – a História das Ideias, ainda que necessariamente opere em grande parte dentro da órbita do pensamento racional, também lida com ideias que mais propriamente se podem chamar de crenças ou convicções (BAUMER, 1990, p. 21). Nas palavras de A. Lovejoy “entendo [por História das Ideias] algo ao mesmo tempo mais específico e menos restrito que a História da Filosofia”. (LOVEJOY, 1933, p. 13). Dentre todos os campos da ciência histórica pode-se dizer, pois, que a História Intelectual apresenta-se como um espaço de fronteira entre História e Filosofia.

A realidade interpretada e proferida por determinado autor compõe o que Baumer chamou de Questões Perenes, pois englobam “questões que o homem levanta, mais ou menos continuamente, através de todas as gerações e de todas as épocas” (BAUMER, 1990, p. 27). Dentro destas englobam-se a natureza, o homem, a sociedade, a história e o próprio Deus e são consideradas perenes pelo fato do homem necessitar delas para que ele possa se orientar no universo. Ressalta-se que estas questões aparecem em conjunto, nunca de forma excludente.

Na análise da obra produzida por Bauer “Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie”, de 1907, que expõe a questão da nação a partir de um estudo cujos métodos de análise estão ligados a um movimento teórico e político chamado Austromarxismo, desenvolvidos a partir da necessidade de se entender a concepção de Estado aos moldes de uma teoria política marxista, propõe-se utilizar os pressupostos de Dominick LaCapra para a interpretação da fonte. Para tratar da relação texto/contexto, o autor estabelece seis tipos de contextos históricos possíveis: relação intenção do autor e texto; relação entre a vida do autor e texto; relação entre a sociedade e o texto; relação entre cultura e texto; relação entre o texto e o corpus do escritor; relação entre os modos

de discurso e o texto. Este trabalho prezou pela análise do corpo textual produzido por Otto Bauer acerca da construção da ideia de “Comunidade de Destino” ligado ao contexto linguístico de ideias do período, bem como com outros autores do qual Bauer dialoga. As contribuições de Mark Bevir (2008) também são importantes na compreensão da Obra. Bevir assinala sobre a questão da intencionalidade fraca que envolve as intenções finais dos autores para com seus textos, numa ideia de apreender o que eles quiseram dizer por meio de seu enunciado.

Outra questão teórica central nesta pesquisa é a temporalidade. Assim como Reinhart Koselleck<sup>2</sup> desenvolveu, o historiador sempre esteve ligado às noções de temporalidade, embora seu objeto de estudo estivesse intimamente ligado à historicidade do fenômeno estudado. De certa forma, este interesse pelas mudanças refere-se à criação de mecanismos que atribuem sentido ao fator tempo dentro da narrativa histórica, ou seja, a noção temporal no que se refere a passado/presente/futuro do qual diferem da perspectiva de tempo mecânico. A temporalidade contém intrínseca em seu sentido as noções de mudança quando o historiador volta o seu olhar para o passado no próprio método historiográfico – a delimitação do período, a busca e a análise das fontes – pois constitui a evidência de um objeto que foi, mas que não é mais. Se o elemento do passado tem a legitimação ontológica com um lugar determinado na perspectiva temporal, onde os fenômenos se interpelam de forma a desenvolver sistematicamente a História, o rastro traz a noção de ser delimitado pelo que não é mais, onde se torna o objeto do historiador. O não-ser-mais não significa um caráter de ruptura na perspectiva de passado/presente, mas dessa forma, na medida que o rastro é analisado e reduzido à linguagem – ou delimitado a uma dependência da mesma, mesmo que represente mais um ente dentre os elementos que compõe o fenômeno –, muito do que ele foi se perde.

A percepção de que os fenômenos interpelam-se sistematicamente formando assim o que convencionou chamar de História tira, de certa forma, a simultaneidade dos acontecimentos, como se eles seguissem uma espécie de fio condutor em que cada fenômeno possui um lugar no tempo dentro do passado. Este forma de enxergar os objetos históricos dá espaço para as interpretações teleológicas e anacrônicas do fenômeno, algo como Skinner (1969) discorreu acerca das mitologias envolvendo um

---

<sup>2</sup>Por uma razão geral: desde sempre, o historiador, ao perguntar como chegamos a situação atual, diferente da anterior, se interessa por novidades, pelas mudanças, pelas alterações.” (KOSELLECK, 2014, p.75).

tipo de interpretação em que preze, por exemplo, identificar nos atos de fala de um autor toda uma construção teórica contemporânea em um espaço temporal distinto. O contexto linguístico fornece certas estruturas de linguagem que não são criadas pelo indivíduo – pelo contrário, elas o perpassam. E é a partir deste contexto que o autor irá proferir suas ideias por meio de conceitos que lhes são disponíveis em um determinado período histórico. Entende-se por contexto, então, não como uma hierarquização das ideias de forma a entendê-las separadamente, em um mundo aquém, mas sim como parte de uma estrutura, privilegiando as relações do se fazer pensar “em” e o se pensar “com”.

Outra questão importante envolvendo o trabalho do historiador frente às intempéries do passado é como chegar a este acontecimento que não é mais. O que ligaria o passado ao presente e este ao futuro? Segundo Paul Ricoeur, o testemunho é o elemento da transição do passado para o presente e a projeção o que ligaria o presente ao futuro.

Da mesma forma que o recurso da temporalidade está presente no trabalho do historiador – seja no método, seja no processo da escrita da História -, pode-se perceber o seu uso também nos discursos de legitimação nacional. É também objetivo deste projeto identificar a temporalidade presente na perspectiva de “destino” trabalhada por Bauer no entendimento da nação e dos sujeitos que compõem a comunidade pensada.

A invenção de uma noção capaz de apreender o fator do tempo mecânico para as narrativas históricas trouxe uma série de mecanismos que o sujeito dispõe para identificar e delimitar o espaço temporal por meio da linguagem. Um destes mecanismos é a temporalidade determinada na ideia de um fenômeno que foi, mas que não é mais e sobre as perspectivas de futuro relacionadas a ele, ou seja, a presença no discurso da noção de passado, presente e futuro. Passado este que, ao ser analisado por Ricoeur, saiu da ideia entidade ou uma localidade de onde residiram as lembranças esquecidas e de onde a rememoração as extrairia. (RICOEUR, 2012, p. 331). É identificável, porém, esta mesma perspectiva de encarar o passado como um ente e anexar os fatos como se fosse um espaço possível de tal ato nos discursos de caráter nacional, onde se tenta demarcar certos pontos chave que caracterizam e legitimam a nação e, em decorrência, o desenvolvimento de uma identidade nacional.

Para tanto, avançamos na pesquisa onde analisamos o fenômeno da temporalidade nos discursos nacionais. Entendemos aqui temporalidade como fenômeno constitutivo do ser-nação. Isto significa pensar passado, presente e futuro não

como dimensões temporais separadas do homem, mas justamente o contrário: pensar o tempo no homem e não o homem no tempo como apontou March Bloch (ARMANI, 2013). Outra questão analisada aqui refere-se as noções de reproduzibilidade, ruptura e linearidade envolvendo os fenômenos temporais nacionais (ARMANI, 2012). Quando analisamos a perspectiva de Bauer acerca do tempo da nação, identificamos duas características principais. A primeira delas corresponde à visão de Bauer de que o tempo se dá a partir de intuições puras *a priori*, ou seja, o tempo – assim como espaço, na teoria kantiana – aparece antes de qualquer estímulo empírico, como “estrutura preexistente” ao homem. (ARMANI, 2013, p. 5). A segunda refere-se ao caráter de *ruptura linear* presente na construção temporal da hierarquia conceitual de Bauer. Esta ideia foi apresentada a partir da contraposição de um elemento da “Tríade Temporal” proposta por Levinger e Lytle (2001) aonde, segundo os autores, é identificável na retórica nacional a utilização de uma tríade temporal em que passado, presente e futuro compõem a razão de ser da nação imaginada. Nesta tríade, cada dimensão temporal tem papel fundamental no discurso que se diz nacional e tem como objetivo mobilizar o povo para um devido fim comum. A invocação do passado tem um caráter de rememorar um fato considerado originário e trazê-lo ao presente de forma a compará-lo com a situação que se mostra em sua contemporaneidade. A partir disto é que se forma um horizonte de expectativa em que as medidas de mobilização que resultariam da invocação do passado glorioso seriam suficientes para retirar a nação da má situação em que se encontrava para alcançar um futuro utópico. O elo entre passado e futuro é a contemporaneidade. Neste tripé, é agregado ao passado o papel de resgatar elementos da História que dão subsídios ao imaginário nacional, legitimando o caráter ontológico da nação. Esta legitimação se dá, em contrapartida às experiências contemporâneas na comunidade que se propõe nação, em que o discurso centraliza-se na identificação dos problemas do tempo que se faz presente. Cabe então à noção da mobilização coletiva para que esta situação possa ser contornada, criando a ideia do futuro utópico.

O questionamento feito a partir desta noção do tripé temporal é que nem todos os discursos que se propõem nacionais encontram no passado subsídios positivos capazes de mobilizar a comunidade. Isto pode ser observado quando analisamos as perspectivas de formação da nação cujo haver-sido remete a um passado colonial. Não faria sentido reunir subsídios de legitimação da soberania nacional a partir de memórias de exploração colonial. Portanto, o que se levanta aqui é que, sim, passado possui papel importante na constituição do ser-nação, mas nem sempre de forma positiva. No caso de

Bauer, a situação é ainda mais complexa. Bauer determina três características iniciais para o caráter nacional: a racional, a relativa e a modificável. Estas três características são básicas no entendimento da nação e perspectivas que não as levem em consideração cairiam inevitavelmente em “espectros românticos” (BAUER, 1977, p. 30). O caráter modificável da nação apresenta-se como o divisor de águas no conceito de Bauer sobre nação, em que se expressa a noção de História, não como um salvo-conduto da legitimidade nacional, mas como subsídio para entender os processos de formação de determinada comunidade em determinado tempo. Assim chegamos a ideia de ruptura linear temporal: após dissertar acerca das características organizacionais da comunidade que veio a se tornar Alemanha, Bauer sinaliza seu horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2015) afirmando que é necessário superar o passado e o presente cujos modos de organização estão entrelaçados com o capitalismo para que a nação possa atingir sua plenitude de ser: a nação socialista. Diferentemente da ideia de rememoração seletiva positiva do passado, Bauer identifica os aspectos que devem ser superados já no passado. Portanto é neste sentido que propomos uma readequação da tríade temporal de Levinger e Lytle: a rememoração acaba dando um sentido negativo ao passado em Bauer, culminando assim na ideia inicial desenvolvida por ele; é através da vontade coletiva que a nação pode se tornar plena, ou seja, através da Comunidade de Destino.

\*\*\*

Dividimos esta dissertação em duas partes como forma de organização dos capítulos. A primeira delas refere-se à construção da hierarquia conceitual de nação em Bauer. Começamos por uma breve exposição do contexto social e político vivido pelo Império Austro-Húngaro no *fin-de-siècle*, bem como o contexto de ideias do período. Assim culminamos na análise de cada conceito que compõe o caráter nacional, como os já referidos caráteres *relativo*, *modificável* e *racional* bem como as duas comunidades formadoras da vontade comum: a Comunidade Natural e a Cultural apresentam-se, de forma unificada, como a essência das identidades individuais e nacionais. Falando em indivíduo, Bauer também reserva uma parte de sua obra para discutir este conceito explicitando o quão complexa é a formação do mesmo e sua relação com as diversas identidades (como a de classe, profissão, a de categoria como ser humano, a familiar, entre outras).

No segundo capítulo reservamos nossas considerações acerca da temporalidade e as implicações da mesma referente aos discursos nacionais. Aqui analisamos a relação do tempo como constitutivo do ser-nação e demais formas de usos temporais que, como no caso de Bauer, apresenta-se como o tempo do mundo (Armani, 2013).

## CAPÍTULO I - CRÍTICA DA RAZÃO NACIONAL

Neste capítulo propomos analisar como o conceito de nação foi trabalhado por Otto Bauer a partir do corpus textual do autor e a questão intencional de Bauer para com sua obra, no que se refere a uma tentativa de construção de um significado capaz de suprir a necessidade de definir a nação em bases científicas. Para apreensão do significado histórico (hermenêutico) da obra, analisaremos as intenções do autor para com seu texto. Partindo-se da premissa do intencionalismo fraco de Mark Bevir (2008), cuja interpretação sobre a obra de um autor “enfoca as intenções finais dos autores no ato de fazerem declarações.” (BEVIR, 2008, p. 95), a procura pela interpretação das intenções do autor surge daquilo que o mesmo almejava comunicar por meio daquilo que foi pronunciado.

Ainda nesse sentido, este capítulo utilizar-se-á dos pressupostos de Dominick LaCapra no processo de análise da fonte. Para tratar da relação texto/contexto, LaCapra estabelece seis tipos de contextos possíveis: relação intenção do autor e o texto; relação entre a vida do autor e o texto; relação entre a sociedade e o texto; relação entre cultura e texto; relação entre o texto e o corpus do escritor; e relação dentre os modos de discurso e o texto. Utilizar-se-á para esta pesquisa a análise da intencionalidade do autor com relação a sua obra e do corpo textual, de modo a relacionar outros autores que possam contribuir no entendimento do contexto linguístico no qual se insere a obra de Otto Bauer, bem como a relação de sua obra principal com outras obras que ele produziu.

### 1. AUSTROMARXISMO NO CONTEXTO DO FIN-DE-SIÈCLE VIENENSE: POLÍTICA, IDEOLOGIA E NAÇÃO

Quando, em 1937, Otto Bauer escreveu<sup>3</sup> uma nota necrológica ao amigo e colega político Max Adler, três anos depois da derrota do movimento operário socialista austríaco, acabou por traçar um quadro das condições históricas e sociais que levaram ao surgimento do movimento austromarxista. Contexto este que, segundo Schorske(1989) está intrinsecamente ligado aos movimentos políticos da velha Viena de

---

<sup>3</sup> Informação retirada do prefácio da segunda edição da Obra de Otto Bauer traduzida para o espanhol, datada de 1979. Para a realização desta pesquisa, foram utilizadas duas edições do livro de Bauer: a edição de 1907 em alemão e a de 1979 em espanhol.

*fin-de-siècle* - mais precisamente, desde a investida liberal contra a hegemonia política da antiga ordem aristocrática em Viena e contra os preceitos sociais que dela provinham. Faz-se necessário, desta forma, realizar algumas considerações acerca deste período cuja formação e investida liberal na sociedade austríaca dele provém.

Franklin Baumer (1977) captou o sentido *crítico* do que se convencionou denominar Século XIX<sup>4</sup> a partir da perspectiva antagônica de que este se constituiria como outro grande período *orgânico* na história. A organicidade do espaço temporal dos anos de 1800 seria representada, assim como apontado pelo Conde de Saint-Simon, como “inventiva e construtiva”, dando a entender que sob um ideal de unidade, “os homens [estariam] unidos por uma fé firme num credo positivo.” (BAUMER, 1977, p. 13). O reconhecimento, porém, de uma total falta de unidade no pensamento europeu do século XIX fez Baumer o considerar o período mais crítico já enfrentado pela sociedade europeia. Mais do que isso, identificar a *velocidade* como a essência secular com relação à variável temporal apenas demonstra a importância da consciência histórica dos indivíduos com relação à reflexão acerca das mudanças decorrentes da aceleração da vida moderna. Para Baumer, “[...] a velocidade, embora fosse excitante, restringia o lazer, que permitia que os homens reflectissem sobre o valor e finalidade do que viam e o que faziam” (Ibidem, p. 16). Aliás, nada mais característico da *confusão* que se delineou no decorrer dos anos de 1800 do que a analogia de Robert Musil quando este comparou o tempo a um “camelo de montaria” (SCHORSKE, 1988, p. 125). Segundo Musil, mais do que a velocidade com que o camelo corre, somou-se naquele século a ausência de uma trajetória fixa, já que “ninguém sabia distinguir entre o que estava em cima e o que estava embaixo, entre o que estava indo para frente e o que estava indo para trás” (Ibidem, p. 125).

Desta maneira, Baumer considerou prudente entender o século XIX não como um todo, mas possuidor de *mundos de pensamento* diversos, identificando-os em quatro grandes estilos – o Mundo Romântico, o Mundo Neo-Iluminista, o Mundo Evolucionário e o *Fin-de-Siècle*. Embora o subtítulo deste trabalho utilize do termo *Fin-de-Siècle* – numa citação direta à obra de Carl Schorske –, faz-se necessário uma reflexão sobre o significado do termo. Assim, dentre todos os mundos citados acima, a noção de *Fin-de-Siècle* tornou-se a mais problemática. Tal condição é assim apresentada

---

<sup>4</sup>Se alguma vez o conceito de século falhou, foi no século XIX. (Baumer, 1977, p. 13).

pelo fato de que “*Fin-de-Siècle* só o descreve [os anos finais do século XIX] de forma imperfeita porque, estritamente falando, este mundo representava não tanto um fim como um começo” (BAUMER, 1977, p. 132).

Tendo isso em vista, a Viena finissecular esboçou um cenário que representou tais características *críticas* quando analisamos o quadro social no desenrolar das investidas liberais contra a velha ordem aristocrática austríaca. Tais projetos liberais eram extremamente rationalistas e seus ideais de ordem e progresso fizeram frente ao absolutismo e a hegemonia da religião nas instituições jurídicas e de ensino, visando desenvolver uma cultura liberal primeiramente na capital austríaca, espalhando-se depois para o restante do território. O objetivo austroliberal consistia em unir as massas – dando-lhes a possibilidade de desenvolver os preceitos mais elementares da consciência política – na luta contra a velha classe dirigente. Seus preceitos estavam ligados ao mundo desenvolvido pelo Neo-Iluminismo, pelo menos no sentido de exaltação da ciência. Segundo Schorske:

Os princípios e programas que constituíam o credo liberal se destinavam a substituir sistematicamente os dos “feudais”, como eram pejorativamente designados os aristocratas. A monarquia constitucional substituiria o absolutismo aristocrático; o centralismo parlamentar substituiria o federalismo aristocrático. A ciência substituiria a religião. Os alemães serviriam de tutores e mestres para erguer os povos sujeitados, ao invés de mantê-los como servos ignorantes, tal como tinham feito os feudais. Assim, a própria nacionalidade seria um princípio último de coesão popular num Estado multinacional. ‘Os alemães na Áustria’, como escreveu o líder liberal J. N. Berger em 1861, ‘devem lutar, não pela hegemonia política, mas pela hegemonia cultural ao leste, transmitir a propaganda da inteligência alemã, da ciência alemã, do humanismo alemão’. E, finalmente, o *laissez-faire* romperia o domínio arbitrário do privilégio na esfera econômica e, ao invés do privilégio ou da caridade, a base da recompensa econômica seria o mérito. (SCHORSKE, 1989, p. 125 e 126).

O *Geistkultur* (cultura do espírito) alemão não só significaria a propagação de um ideal cultural capaz de fornecer às massas espalhadas por todo o território austríaco o mínimo de elucidação no âmbito político como também representaria o elo na transformação de um território multinacional em um Estado unificado a partir do sentimento de pertencimento a uma cultura de língua alemã. O que Theodor Adorno (1965) nos chama a atenção, porém, é que mesmo com pretensões de unidade cultural, o que se entende por *Geistkultur* alemão pode ser visto como “um todo contraditório e autocritico”. Quando Adorno fora questionado sobre o que ele compreendia a respeito

da pergunta “Was ist Deutsch?”<sup>5</sup>, alerta sobre a questão da unidade, onde levá-la como realidade seria recair em um discurso de cunho puramente nacionalista: “a tradição alemã é lesada por aqueles que, ao mesmo tempo, a admiram e neutralizam como patrimônio cultural que não traz compromissos”. (ADORNO, 2009, p. 14).

Com a intenção de liderar as classes “que estavam por baixo” a fim de combater as forças “socialmente superiores e historicamente anteriores”, o austroliberalismo chegou ao poder muito mais como reflexo da crise que a velha ordem austríaca em detrimento de seus inimigos externos do que pela sua própria investida interna. Assim, segundo Schorske, mesmo com pretensões de poder generalizante, a influência liberal se restringiu a algumas poucas parcelas da sociedade cada vez mais identificadas com o capitalismo, como os alemães e os judeus alemães de classe média. Tiveram, pois, de partilhar o poder justamente com aqueles que tanto criticaram: a aristocracia e a burocracia imperiais pareciam lembrar que a tomada de poder nunca seria de forma plena ao ponto de colocar em prática todos os planos liberais.

Poucas décadas depois, o austroliberalismo viu o seu projeto de unificação de massas ruir. Os levantes populares de diversos cunhos ideológicos mostraram-se contrários à cartilha liberal de reforma do sistema que regia a velha Áustria: de certa forma, no plano ideal liberal, aquelas mudanças necessárias para colocar a Áustria no caminho do progresso mexeria na vida e nos costumes da população. Enquanto se reivindicava uma cultura racionalista em detrimento da influência religiosa, os camponeses, sob as ideias antisemitas difundidas por intelectuais como George Von Schönerer, formavam o movimento social-cristão. Afinal “liberalismo significava capitalismo e capitalismo significava judeus” (SCHORSKE, p. 126). Interessante notar que este contexto de idéias antiliberais e antisemitas da Viena finissecular levantados pelo movimento social-cristão encontrou vertentes no século seguinte. Segundo Baumer:

Na verdade, os nazis proclamavam uma desigualdade radical entre os homens e não só entre as raças, Ariana e Judia, mas dentro da própria raça dominante. O próprio Hitler, como se sabe, exprimia desprezo pelas massas, cuja compreensão era pequena, e que não saberiam o que fazer com a liberdade liberal, mesmo se a tivessem. Uma sociedade que era ‘verdadeira para com a natureza’, dizia ele abertamente no livro *Mein Kampf* tinha de ser construída

---

<sup>5</sup> Um programa de rádio na Alemanha, em 1965, questionou vários alemães a respeito da pergunta “Was is Deutsch?” (O que é alemão?), vinte e cinco anos após o término da Segunda Guerra Mundial, pergunta esta claramente envolvida em uma atmosfera de extrema reflexão justamente pelo peso histórico contido em seus significados. (ALMEIDA E BADER, 2009, p. 11).

com base ‘nos princípios aristocráticos’, rejeitando ‘a ideia democrática [e socialista] de massas’. (BAUMER, 1977, p.260)

Frente ao ideal de Estado multinacional levantaram-se aqueles que reivindicavam a legitimação de um Estado-nação independente, como foi o caso dos nacionalistas eslavos, profundamente contrários à hegemonia de uma cultura unificada de língua alemã do *Geistkultur*. E, embora partilhassem da necessidade de se recorrer ao racionalismo para a formação de teorias que auxiliariam na assimilação da realidade, nascia no centro de Viena o movimento Socialdemocrata, questionando a ordem liberal do *laissez-faire* a partir de pressupostos teóricos marxistas a frente dos interesses da classe operária. O austromarxismo<sup>6</sup> se desenvolvia, dessa forma, a partir da perspectiva de que o desdobramento do capitalismo seria um fenômeno incapaz de ser entendido a partir do esquema rígido e unilateral tanto da perspectiva liberal quanto do marxismo ortodoxo.

No próprio seio do pensamento marxista, a visão das mudanças de organização social e política na Áustria, cujos preceitos estavam firmemente ancorados em um sistema agrário e pequeno burguês, fez com que se tornasse necessário criar uma forma de se pensar esta nova realidade econômica e cultural bastante diversificada e multiforme no cenário intelectual marxista. Cenário este que fez parte da comunidade acadêmica da Universidade de Viena que, segundo Galissot (1984), teve como estímulo a filosofia neokantiana e a “excepcional floração intelectual da Viena daqueles anos” (GALISSOT, 1984, p. 227). Segundo Baumer, este período foi marcado por uma revisão dos campos legítimos da ciência, onde:

A ciência estava, neste momento, a reexaminar os seus fundamentos, em parte como resultado de novas descobertas empíricas, e em parte também por causa do movimento de ‘retorno a Kant’, na filosofia. Começando a partir da limitação kantiana do conhecimento dos fenômenos, um grupo de cientistas filósofos, a maior parte dos quais alemães, propôs purificar a ciência de todos os vestígios metafísicos, limitando-a as experiências sensíveis e, por último, questionar se alguma vez podia ser completamente libertada de subjetivismo. Esta linha de pensamento seguida por Ernst Mach, J.B. Stallo e outros, de modo nenhum questionava o empreendimento científico. (BAUMER, 1977, p. 136).

Dessa forma, a intenção para o desenvolvimento de trabalhos teóricos era trazer para dentro do movimento austromarxista novas formas de enxergar esta realidade. Nas palavras de López (2011):

---

<sup>6</sup> O termo austromarxismo apareceu pela primeira vez na perspectiva do socialista Louis Boudin, descrevendo o movimento socialdemocrata austríaco e dos jovens teóricos marxistas que nele se envolveram.(MEUCCI, p. 2, 2014).

Era necesario, por tanto, posicionarse desde un punto de vista «crítico», y esto implicaba una revisión del legado de Marx, otorgando bases sólidas a la teoría y avanzando en campos que no se encontraban suficientemente desarrollados en su obra (por ejemplo en una teoría sobre el Estado y sobre la nación). Esto dio lugar a una práctica teórica flexible y atenta al diálogo con diversas tendencias, ya que creían que esta actitud era imprescindible para otorgarle un firme estatus científico y actualidad práctica. (López, 2011, p. 12).

Bauer escreve que o surgimento do movimento austromarxista se deve muito à atmosfera de debates que envolviam diferentes áreas das ciências, inclusive dentro da Universidade de Viena. Para ele:

Todos crecieron en una época en la que hombres como Stammler, Wildenband y Rickert combatían al marxismo con argumentos filosóficos; así estos compañeros sintieron la necesidad de confrontarse con las modernas corrientes filosóficas. Sí Marx y Engels habían partido de Hegel, y los marxistas que los sucedieron, del materialismo, los más jóvenes ‘austromarxistas’ se basearon en parte en Kant y en parte en Mach. Pero lo demás, en los ambientes universitarios austriacos ellos debían confrontarse con la llamada escuela austríaca de economía política; y también esta confrontación influyó sobre el método y la estructura de su pensamiento. (BAUER, 1907, p. 10).

O racionalismo filosófico kantiano aparece como base no pensamento de Bauer e o perpassa durante toda a sua teorização da nação. Mesmo que no prefácio da segunda edição de *Die Nationalitätenfrage e Die Sozialdemokratie*, de 1924, Otto Bauer admita que desenvolveu novas concepções a partir de seus estudos posteriores, a forma de encarar a problemática envolvendo sua questão nacional não abandona Kant. Bauer explica que “así superé mis kantianas enfermedades infantiles y em conexión con ello revisé también mis opiniones metodológicas”, mas admite que:

[...]si hoy tuviese que exponer mi teoría de la nación modificaría el modo de exposición y expresaría más de una idea de manera distinta a como lo hice en 1906. Pero así solamente cambiaría el modo de exposición de la teoría, y no la teoría misma (BAUER, 1924, p. 7).

Segundo Galissot, a inspiração de Bauer nas formulações da chamada corrente Neokantiana na produção de sua obra está em “como filosofia do conhecimento, o neokantismo dirige a atenção dos jovens marxistas para a consideração da esfera intelectual e cultural[...]” (GALISSOT, 1984, p. 227). Porém, importante ser mencionado aqui que o caráter neokantiano do austromarxismo não pode, de maneira nenhuma, ser considerado como homogêneo dentre os intelectuais do movimento. Segundo López, a força motriz do emprego das teorias críticas desenvolvidas por Kant entre os intelectuais austromarxistas se deve à busca de critérios de científicidade e na tentativa de desenvolver uma corrente teórica coerente (López, 2011, p. 12). Este

aspecto é perceptível na obra de Bauer, cujo interesse em desenvolver um conceito de base científica a partir de um método de análise crítico baseado numa gama de autores de diversas áreas das ciências – como a Biologia, referente às teorias sobre a herança pela durabilidade do plasma germinal de Weismann e a pangênese de Darwin, a Psicologia e a Antropologia, como alicerces do entendimento da importância de uma comunidade de caráter natural e cultural na formação da identidade do indivíduo organizado coletivamente – culmina em um ensaio que questiona o conceito de nação, próximo ao que Kant fez com relação à obra Crítica da Razão Pura (1781), na qual Kant sugeriu que, antes de utilizarmos a razão para a análise e explicação do mundo, devemos pensar a própria razão e seus limites. A crítica da razão nacional, para Bauer, está no entendimento de que “No es [o conceito de nação] una explicación, sino algo por se explicar” (BAUER, 1924, p. 30).

A questão da nacionalidade vinculada ao austromarxismo tem como intenção elucidar, nas palavras de Bauer, “uno de los fenómenos sociales más complicados, um complejo de las manifestaciones sociales más variadas” (BAUER, 1907, p. 3). Deste modo, a necessidade de se compreender o fenômeno nacional ultrapassa o âmbito da política interna austríaca e abarca uma questão muito maior envolvendo a política internacional e a relação entre nação, o movimento operário e as diversas comunidades de caráter que compõem o homem como um ser social.

No cenário de debates internacional envolvendo a questão da nação sob a ótica marxista, Galissot se refere a uma divisão temporal envolvendo a Revolução Russa como marco a respeito do interesse pelo tema. Segundo o autor:

Antes de 1905, os que agitavam explicitamente a questão nacional eram minorias – no sentido próprio do termo – na Segunda Internacional e os que se referiam abertamente a características nacionais nos principais partidos socialistas, com exceção de divisões de partidos diversos, não estavam institucionalmente em maioria. Depois de 1905, a questão nacional domina sob dois aspectos: por um lado, com o problema das nacionalidades e a inserção operária nos movimentos nacionais; por outro, com o triunfo ou a obsessão dos impulsos nacionalistas. (GALISSOT, 1984, p. 226).

Dessa forma, quando em 1848, Marx e Engels proferiram a famosa frase “Proletarier aller Länder, vereinigteuch!”<sup>7</sup> em Das Kommunistische Manifest, a necessidade de se ultrapassar as fronteiras nacionais e formar laços entre os proletários de todo o mundo demonstrava a vontade de se recorrer a uma consciência de classe

---

<sup>7</sup>“Trabalhadores do Mundo, uni-vos!”.

unificada<sup>8</sup>. A consciência de classe tornou-se um dos principais obstáculos para os intelectuais marxistas pensarem a identidade nacional, principalmente no contexto que abrange a Segunda Internacional (1889-1914), o que não quer dizer que o tema não ganharia importância com as mudanças nas estruturas políticas e sociais mundiais. Segundo aponta Galissot, os debates envolvendo a questão nacional iniciam-se, ainda que de forma não tão central, no Congresso de Londres<sup>9</sup>, de 1896, com a peculiaridade de englobar delegações partidárias nacionais que representariam seus respectivos países. O autor aponta que foi por interesse de Rosa Luxemburg (1871-1919) que a questão nacional foi levada ao debate, por intermédio do tema do conflito de interesses entre os dois partidos socialistas poloneses: de um lado, o Partido Socialista Polonês (PPS) “que apresentava uma resolução em favor da independência polonesa através da União dos Socialistas Poloneses no Exterior” frente à Socialdemocracia da Polônia (SDKP). (GALISSOT, 1984, p. 203-204)

Catorze anos depois, a questão nacional fez com que Luxemburg se afastasse do movimento socialdemocrata alemão, que até então era considerado por ela “força teórico-organizativa de importância fundamental para o proletariado internacional” (NEGHT, 1984, p. 13) por um fator determinante na defesa pela consciência de classe: O internacionalismo de classe acabou em cheque com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), fato que desembocou no afloramento cada vez mais forte dos nacionalismos, envolvendo a classe operária em divisões identitárias nacionais e entregando o mundo nas mãos dos interesses imperialistas. Interessante ressaltar que o assunto do internacionalismo não teria expressividade sem o seu aparente antagonista, o nacionalismo. Assim como julgaram Domingues e Martins “não tem cabimento falar de internacionalismo sem a existência de nações e a chamada ordem internacional seria impraticável sem os Estadosnacionais.” (DOMINGUES E MARTINS, 2006, p. 84). A

<sup>8</sup>Sobre o ideal de unidade da classe trabalhadora, Engels proferiu, em 1845: “[...]the proletarians in all countries have one and the same interest, one and the same enemy, and one and the same struggle. The great mass of proletarians are, by their very nature, free from national prejudices and their whole disposition and movement is essentially humanitarian, anti-nationalist. Only the proletarians can destroy nationality, only the awakening proletariat can bring about fraternisation between the different nations”. HOBSBAWM, ‘Working Class Internationalism’ in HOLTHOON, Frits van. LINDEN, Marcel van der. **Internationalism and the Labour Movement, 1830 –1940** vol.I, New York, 1988.

<sup>9</sup> A Segunda Internacional, reuniões com o objetivo de reunir diversas correntes socialistas de forma ordenada para a discussão de idéias e ações que representassem o interesse do movimento operário, ocorreu nos anos de 1891, 1893, 1896, 1900, 1904, 1907, 1910, 1912 e 1917 em diferentes países europeus, levando delegações socialistas de vários países. A peculiaridade IV Congresso (o de 1896) são as discussões de divisão entre socialistas e anarquistas e, principalmente, a defesa da autonomia de todas as nacionalidades. (CARONE, 1991, p. 74).

Primeira Guerra Mundial significou uma reconfiguração de mundo em que os Estados-nações eram peças chave para as identidades e representatividade de poder perante o cenário internacional, colocando de um lado os que defendiam esta organização nacional e de outro os que eram a favor de uma política anti-imperialista:

O fato de a Segunda Internacional (1889-1913) ser também composta por partidos organizados nacionalmente mostra que os comunistas e os anarquistas percebiam a força da nação emergente; involuntariamente ou não, contribuíam no processo de identificação nacional dos trabalhadores. Desenhava-se o confronto em que centenas de milhões de trabalhadores fardados engalfinhavam-se uns contra os outros pela honra de suas nações. (DOMINGUES E MARTINS, 2006, p. 97).

Quando Bauer escreve o prefácio da segunda edição, sua posição com relação à Internacional e as identidades nacionais são firmes. Segundo ele:

El socialismo internacional más bien debe entender la diferenciación nacional de los métodos de lucha y de la ideología que se dan en su seno como un resultado de su crecimiento externo y interno y, sobre la base de esta multiplicidad nacional que se desarrolla dentro de la Internacional, aprender a enseñar a las tropas de combate nacionalmente diferenciadas, no obstante la singularidad nacional de los métodos de su práctica y los razonamientos de su teoría, la coordinación de sus afanes en pro de las metas comunes y la cooperación de sus fuerzas en la lucha común. La tarea de la Internacional puede y debe ser, no la nivelación de las singularidades nacionales, sino el engendramiento de la unidad internacional en la multiplicidad nacional. (BAUER, 1924, p. 21).

A questão da nação tornou-se, para Bauer, uma necessidade frente à realidade a qual o novo movimento austromarxista estava disposto a encarar. Dessa forma, *Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie*, de 1907, apresenta-se como um exercício teórico ancorado nas peculiaridades de um marxismo desenvolvido na Áustria e na filosofia racionalista kantiana. A perspectiva de Bauer em agregar científicidade a um conceito que até então circulava entre discursos líricos e nas assembleias populares, bem como fazer frente às discussões levantadas pela escola austríaca de economia, levou Bauer a discutir o conceito de forma a se chegar a um juízo afirmativo sintético aos moldes da discussão de Kant em sua obra “Crítica da Razão Pura”, entendendo que nação não é um fenômeno que se explica por si mesmo, mas sim algo que deva ser explicado. E a forma encontrada por Otto Bauer para que o conceito fosse finalmente encarado como objeto pensado racionalmente foi demonstrar didaticamente que uma nação é formada por uma rede de comunidades que se organizam hierarquicamente – mas que dependem umas das outras para existirem – para que se chegue ao conceito maior da nação: a Comunidade de Destino.

## 1.1.CRÍTICA DA NAÇÃO

Bagehot dice que la nación es una de esas muchas manifestaciones de las que no sabemos qué son hasta tanto no nos lo pregunten, pero que no podemos explicar sin vueltas ni rodeos. Pero la ciencia no se puede contentar con esto; no puede renunciar a la pregunta por el concepto de nación si quiere hablar de la nación. (BAUER, 1907, p. 23).

Começaremos a análise da extensa obra de Otto Bauer a partir de sua definição sintética sobre a nação. Para Bauer, “La nación jamás es otra cosa que comunidad de destino”. É sob este juízo que o autor austromarxista desenvolve toda a sua teoria da nação, desde a forma com que o conceito é utilizado erroneamente por aqueles que não se importaram em pensar racionalmente sobre ele até a estrutura hierárquica de comunidades que o compõem. Dessa maneira é que Bauer expõe o conceito de *comunidad de caráter nacional* como “alcomplejo de connotaciones físicas y espirituales que distinguen a uma nación de outra su carácter nacional” (BAUER, p. 24). O entendimento disto acarreta na noção de que o caráter nacional é a explicação do porquê de um grupo de indivíduos reagirem de forma relativamente semelhante sob a influência de estímulos externos.

Antes de entrarmos no sistema hierárquico de Bauer, faz-se necessário entender as motivações que levaram Otto Bauer a pensar criticamente sobre o tema. Para que o processo de construção racional do conceito de nação fosse realizado, Bauer sentiu a necessidade de se alertar sobre os abusos cometidos até então na formulação de discursos legitimadores nacionais e as implicações de seus possíveis usos. Para ele:

En una época de grandes luchas nacionales, apenas si tenemos recién los primeros despuntes de una teoría satisfactoria de la esencia de la nación. Y, no obstante, necesitamos esta teoría. [...] Quien quiera entender la ideología nacional, quien quiera criticarla, no puede esquivar la pregunta por la esencia de la nación. (BAUER, 1907, p. 23).

Esta busca pela essência da nação acabou por abrir lacunas e colocar em cheque as perspectivas que até então julgavam o fenômeno nacional como manifestação atemporal de indivíduos coletivos. A razão de ser da nação estaria, nesta perspectiva nacional atemporal, assegurada no passado encarado como entidade ou localidade onde residiriam as lembranças esquecidas e de onde a rememoração as extrairia. (RICOEUR, 2012, p. 331). Nesse sentido, a legitimação da atemporalidade do ser-nação estaria intimamente ligada ao passado, já que o caráter imutável do discurso resultaria da seleção de memórias caracterizadas como coletivas. O passado possui papel

fundamental no que diz respeito à tríade temporal dos discursos nacionais, já que é dele que resulta o salvo-conduto que repreende qualquer questionamento sobre a legitimidade da nação e justifica as ações deste grupo profundamente enraizado em ações pré-determinadas por seus ancestrais, ou seja, é do passado que resulta a ideia de obstinação e de luta pela existência (BAUER, 1907, p. 24). Para Bauer, porém, a determinação do caráter nacional como atemporal se constitui como um “abuso que se há hecho del concepto”, já que “ante todo, se há atribuido injustamente al carácter nacional uma durabilidade que se pode desmentir históricamente” (Ibidem, p. 24).

Bauer comprehende que o papel da História – de forma reflexiva e não como salvo-conduto - para apreender a relatividade da nação é essencial, tendo em vista a formação complexa dos indivíduos, dos grupos humanos e a relação destes com o meio se dá de forma diferente com relação ao tempo. A comunidade de caráter nacional, com relação à temporalidade, é vista como *modificável*, já que o fator tempo tem extrema importância no entendimento da nação. A pergunta sobre as origens de determinado grupo que se enxerga como nação deixa de ter um caráter legitimador – como nos discursos nacionalistas apontados por Levinger e Lytle (2001) em sua tríade da retórica nacionalista, em cada dimensão temporal tem papel fundamental no discurso que se diz nacional e tem como objetivo mobilizar o povo para um devido fim comum. Em suma, a invocação do passado tem um caráter de rememorar um fato considerado originário e trazê-lo ao presente de forma a compará-lo com a situação que se mostra em sua contemporaneidade. Para Bauer, porém, invocar no passado algo que possa ser considerado originário da nação não seria possível, tendo em vista o caráter modificável das características que envolvem a comunidade de caráter nacional, bem como dos estímulos externos com os quais estes grupos humanos estão em constante contato. Afinal, “Cuándo hablamos de un carácter nacional alemán nos referimos a las connotaciones caracteriológicas comunes de los alemanes de determinado siglo o decenio” (Bauer, p. 25).

Interessante notar que Bauer tende a compreender os diversos fatores que compõem o indivíduo como ser social autônomo e não como alguém suscetível a simples agregações culturais apenas por estar em contato com elas. Dessa forma, o caráter nacional compõe apenas um dos laços identitários que um indivíduo pode desenvolver no decorrer de sua vida. Trata-se aqui do caráter nacional como comunidade *relativa*, já que “puesto que cada connacional, con toda su concordancia

en las connotaciones comunes a la nación entera, tiene además, y sin embargo, connotaciones individuales" (p. 21).

A formação do intelecto do ser a que Bauer se refere está ligada às teorias, ainda que de forma inicial, desenvolvidas com o advento da Psicanálise onde as manifestações psíquicas do indivíduo diferem da ideia generalizante do *espírito*. O *Volksgeist* (espírito do povo) suprime estas manifestações do pensar, do agir, do sentir e do querer individual. Bauer entende as ações individuais a partir de uma ruptura com a ideia do *Geist* (espírito) da qual se manifesta uma espécie de força que conduz as ações:

El espíritu del pueblo es uno de los modos de manifestarse de lo divino; el individuo, uno de los modos de manifestarse del espíritu del pueblo. Fichte arribó a esta metafísica de la nación, aunque antes (p. 52 de la edición de Reclam) haya llegado muy cerca del concepto empírico correcto de nación. Resulta característico del idealismo dogmático poskantiano que incluso allí donde éste consigue comprender correctamente un fenómeno desde el punto de vista empírico-histórico, no se da por satisfecho con ello, sino que quiere convertir el fenómeno empírico científica y corretamente determinado en una forma de manifestación de una esencialidad metafísica diferente de él. (BAUER, 1907, p. 23).

Servindo-se da filosofia kantiana para se contrapor a essa ideia, em que já não é mais possível reconhecer nenhuma substância “anímica” na compreensão da psique humana, o *Volksgeist* nada mais significa do que um “espectro romântico”. A razão nos faz entender que o sentir, o querer e o imaginar são manifestações que se originam a partir das experiências empíricas do indivíduo, e não como resultado de um simples espectro que dita as ações coletivas de forma uniforme. A partir disso, Bauer comprehende que o “espiritualismo nacional también descansa en una falta de lógica” (p. 28). Otto Bauer considera um verdadeiro abuso determinar o modo de agir dos indivíduos pelo próprio caráter nacional de que provinham. Ao observador que determinasse o modo de pensar e agir de indivíduos apenas por fazerem parte de um determinado coletivo não estaria levando em consideração as particularidades e as vontades de cada indivíduo, o que seria um erro. Uma nação que abrange o singular e o coletivo não deve diminuir as escolhas individuais como meros reflexos de uma predeterminação maior. Entender as ações individuais a partir da ruptura com a perspectiva de alma coletiva da qual se manifesta uma forma que predetermina as ações dos indivíduos em forma de substância animista seria admitir as diversas manifestações presentes no coletivo, ou seja:

A menudo, también se ha omitido injustamente que junto a la comunidad de carácter nacional se da de toda una serie de otras comunidades de carácter, las más importantes de las cuales son, con mucho, la de clase y de la profesión. Respecto a ciertas connotaciones, el obrero alemán concuerda con cada uno de los demás alemanes; esto vincula a los alemanes a una comunidad de carácter nacional. Pero el obrero alemán tiene connotaciones comunes con sus compañeros de clase de todas las demás naciones; esto hace de él un miembro de la comunidad de carácter internacional de la clase. (BAUER, 1907, p. 25).

Podemos entender neste trecho, além da ressalva de Bauer sobre o caráter relativo que a nacionalidade divide no campo da formação do intelecto individual, as primeiras colunas que sustentam a teoria central desenvolvida por ele: a identificação internacional da classe trabalhadora como vontade coletiva, ou seja, a comunidade de destino (*Schicksallgemeinschaft*). A identidade de classe forma, na teoria de Bauer, uma das variantes da formação do individuo como ser social coletivo, porém, ela não é a única. Insere-se neste contexto de formação a comunidade de caráter nacional e as demais possibilidades do ser.

Segundo Benedict Anderson, Bauer desenvolveu “Die Nationalitätenfrage und Sozialdemokratie” como forma de demonstrar que Socialismo e Nacionalismo podiam constar na mesma frase sem causar tensões teóricas nem mesmo estranhamento, desde que a nação fosse pensada racionalmente a partir dos pressupostos marxistas, mesmo que contrariando muitos dos aspectos do próprio movimento; “Bauer contestou a ideia, então sustentada por muita gente da esquerda, de que a vitória do socialismo criaria uma espécie de cosmopolitismo plano e uniforme” (ANDERSON, 2000, p. 10). A similaridade dos fenômenos – como o capitalismo – não significava identidade plena de classe, por exemplo. Otto Bauer acreditava que o desenvolvimento da comunidade (Gemeinschaft) – ao estilo da diferenciação entre comunidade e sociedade de Ferdinand Tönnies<sup>10</sup> – se daria a partir da vontade referente a um fim comum – o destino. “Essa vontade” escreve Anderson, “sujeita a mudanças constantes na luta real, era precipitada – através da linguagem e dos hábitos comuns da vida cotidiana, da cultura comum e,

---

<sup>10</sup>Mientras la sociedad (gesellschaft) se caracteriza por conformarse a través de una vinculación por normas «exteriores» (como la moral, el derecho, la lengua, etc.), la comunidad (gemeinschaft) surge por la acción duradera de una misma fuerza, el mismo modo de existencia o el mismo destino, transformándose en un vínculo intrínseco, y por lo tanto una voluntad esencial. (LOPEZ, 2011, p. 19).

vez por outra, das instituições políticas comuns – no que ele chamou de caráter nacional” (Ibidem, p. 10).

O caráter nacional entendido como vontade – ou destino – contém em seu significado uma rede conceitual do qual provém toda a análise necessária para o seu entendimento. Forma-se aqui a complexa rede hierárquica de conceitos formando o significado racional do caráter nacional a partir de dois significantes fundamentais: a natureza e a cultura. Bauer contrapõe o primeiro conceito a todas as teorias nacionais que se utilizam de argumentos cujo essencialismo metafísico é encarado como fator de legitimação. A *comunidade natural* se apresenta como elemento da hierarquia conceitual que legitima a análise científica do caráter nacional; a *comunidade cultural* abarca as características que formam o indivíduo além das pré-determinadas pela natureza.

## **1.2. HIERARQUIA CONCEITUAL DA COMUNIDADE DE CARÁTER NACIONAL**

Na formação da hierarquia conceitual de significados da nação – ou comunidade de caráter nacional – Bauer considera dois fenômenos principais no que diz respeito às conotações que unem e fazem os indivíduos agirem de forma relativamente semelhante aos estímulos externos: a comunidade natural (Naturgemeinschaft) e a comunidade cultural (Kulturgemeinschaft), cada uma delas ocupando lugar de igual importância nesse sistema. Para entender este sistema hierárquico de conceitos, devemos retornar às considerações de Bauer acerca da crítica racional da nação a partir da ideia de caráter nacional.

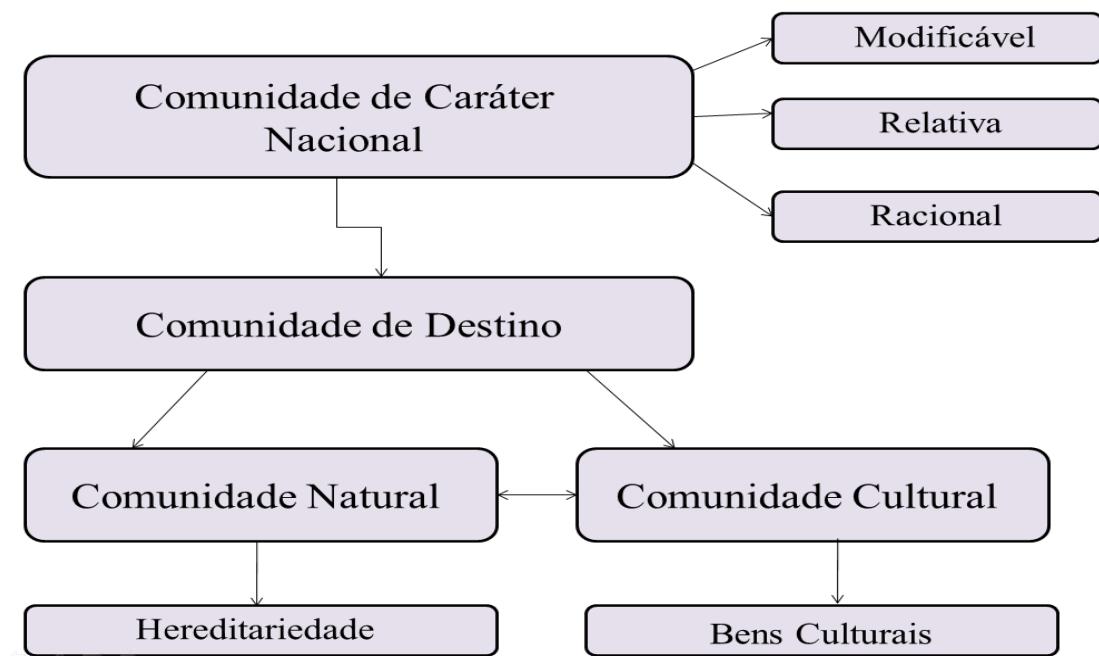


Figura 1 Hierarquia conceitual da Comunidade de Caráter Nacional de Otto Bauer

O conceito chave na teoria nacional de Bauer circula em torno da Comunidade de Caráter Nacional, que engloba todas as conotações referentes ao entendimento do mesmo. Apenas o caráter nacional sustenta em seu significado os processos que Bauer assinala como importantes na apreensão crítica daquilo que se quer denominar nação. Assim, o caráter *modificável*, *relativo* e *racional* formam inicialmente a apreensão do significado do caráter nacional que, segundo Bauer, não se explica por ele mesmo.

Dando seguimento ao sistema, o caráter nacional é entendido por Bauer como Comunidade de Destino. Mais do que isso, “lanación jamás ES otra cosa que comunidad de destino” (BAUER, p. 43) demonstra que o “destino” ocupa o lugar do topo da hierarquia conceitual da nação para Bauer. Mais do que isso, o destino – ou a vontade – em uma comunidade sinalizam a natureza e a cultura da qual provém:

La comunidad de destino tiene efecto, por un lado a través de la transmisión hereditaria natural de las cualidades cultivadas por el destino común de la nación, y por el otro mediante la transmisión de los bienes culturales determinados en su peculiaridad por el destino de la nación. (BAUER, p. 43).

A comunidade natural à qual Bauer se refere provém muito do que foi difundido pela ciência no decorrer do século XIX. Em se tratando da importância da questão da hereditariedade, temos a referida teoria de August Weismann (1834 – 1914) sobre o

*plasma germinal*, que vai de encontro à teoria de Charles Darwin (1809 – 1882) sobre a *Pangênese*. Weismann concluiu que a passagem dos caracteres paternos e maternos se deve pelo fato de que as células responsáveis pela reprodução são inalteradas e se conservam no organismo dos descendentes, diferentemente de Darwin, que assinalou a formação dessas células reprodutivas a partir das informações coletadas de outras células do corpo humano dos pais. O caráter inalterável destas características passadas dos pais para os filhos teve um grande impacto no que se refere ao entendimento da formação nacional e dos laços que unem os indivíduos, já que estas características dão à comunidade de caráter nacional um sentido de perpetuação e materialidade à nação.

Para Bauer, porém, estas conotações científicas sobre a hereditariedade apenas demonstram a importância das relações naturais dos indivíduos nacionais, mas nunca a levando como salvo-conduto da formação das identidades nacionais. Para López:

Pero si estas versiones organicistas y cuasinaturalistas eran rechazadas por la mayoría de los miembros de la Segunda Internacional, la particularidad del análisis de Bauer consiste en su énfasis en que, lejos de tratarse de un mero constructo ideológico burgués, o un fenómeno real pero de importancia fundamentalmente táctica en tanto secundario frente al conflicto de clases, la conformación de las comunidades de carácter nacional eran un hecho social. (LÓPEZ, 2011, p. 17).

A comunidade natural representa a materialidade na teoria da nação de Bauer. Embora se contraponha ao ideal de atemporalidade no qual possam recair aqueles que se baseiam apenas na questão natural na legitimação dos discursos nacionais, Bauer encara a comunidade natural como elemento de sua hierarquia conceitual justamente por demonstrar as variáveis que perpassam as identidades.

Até 1906, ano em que Bauer finaliza sua obra, as teorias acerca da hereditariedade permeavam os discursos apenas como suposições no que se referia aos caracteres passados de geração para geração. Neste sentido, Bauer acaba citando a teoria do “plasma germinal” de August Weismann, de 1893, que tinha como objetivo rebater a teoria da pangênese de Darwin e a herança dos caracteres adquiridos de Lamarck a partir de seu experimento com vinte gerações de camundongos. Weismann tentou provar, desta maneira, que mesmo com indivíduo sofrendo mudanças físicas durante sua vida, estas não seriam transmitidas à prole. Pelo contrário, a partir do plasma germinal – herdado dos pais de forma imutável – passaria de uma geração a outra algumas características herdadas que não sofreriam mudanças neste processo (MARTINS, 2010). Esta teoria contraria uma das variáveis constitutivas do caráter nacional apontada por

Bauer como *modificável*, já que o autor assinalou que determinadas características de um grupo são “producto de la historia” (BAUER, 1977, p. 40), ou seja, cada grupo social se identifica com seus semelhantes a partir das heranças naturais, mas também dos bens passados de geração em geração em determinando período. Frente a este dilema teórico, Bauer rebate: “Nuestro problema no es el surgimiento de determinado carácter nacional, sino la comprobación de los medios con que una comunidad de carácter nacional pode generar en geral la transmisión de los biéns culturares”. (Ibidem, p. 44)

Desta maneira, ocupando lugar de similar importância na construção das identidades nacionais e no pensamento racional sobre a formação do conceito de nação, Bauer assinala a comunidade cultural como necessária para o entendimento do caráter nacional. Segundo Bauer, a essência da nação nunca poderia ser buscada se não levássemos em consideração os atributos culturais de determinada comunidade, já que são eles os responsáveis pela formação individual e diferenciação de um grupo ao outro. Os bens culturais são intrínsecos na formação social dos indivíduos e podem ser vistos como questão de extrema importância na construção do conceito de caráter nacional: “la nación nunca es solo comunidad natural, sino siempre y también comunidad cultural” (BAUER, p.42). Assim, vemos o desenvolvimento dos laços identitários de forma mais contundente na teoria de Bauer a partir do momento em que ele desenvolve sua teoria de entrelaçamento da comunidade natural com a cultural. A comunidade cultural tem em sua formação as características que sustentam o indivíduo no meio em que ele se apresenta como conacional. Para Bauer, estas características são essenciais no entendimento da formação do caráter nacional, já que é aqui que o autor expõe sua expectativa acerca do indivíduo mergulhado no coletivo: o caráter mais interno da constituição do indivíduo na análise da obra de Otto Bauer acabou trazendo novos elementos para a perspectiva de identificação do indivíduo como ser social autônomo, na medida em que o desvincula de um determinismo onde apenas as identidades de classe são possíveis e determinantes das características do ser como ele se apresenta. A partir disto, temos:

[...]a peculiaridad del individuo nunca está determinada sólo por sus disposiciones heredadas, sino siempre y también por las condiciones que él mismo vive; por el modo como debe buscar su sustento vital; por la cantidad y el tipo de bienes que le aporta su trabajo; por las costumbres de los seres humanos entre quienes vive; por el derecho a que está sometido; por las

influencias de la cosmovisión, de la creación literaria y del arte que actúan sobre él. (BAUER, 1977, p. 42).

Notamos que as variáveis que compõe o indivíduo como tal se assemelham com as desenvolvidas ao longo da trajetória percorrida pelas teorias marxistas até então. Temos, a exemplo disto, uma definição do significante “indivíduo” no Dicionário do Pensamento Marxista, onde aponta:

Marx tem [...] relativamente pouco a dizer sobre o micronível da interação humana, sobre a natureza da psiquê humana individual, sobre as relações entre o Estado e o indivíduo ou entre o público e o privado. O marxismo vê o indivíduo como produto social (conforme enfatizou o marxismo “estruturalista” de Althusser) e ainda assim exige uma teoria do comportamento humano individual e da interação social para sustentar o materialismo histórico. Seu objetivo (como os humanistas marxistas perceberam) é, ao mesmo tempo, explicar e engajar-se no processo que levará ao fim das relações sociais de produção e troca reitificadas, sujeitando-as “ao poder dos indivíduos unidos”, pois “a realidade criada pelo comunismo é precisamente a base para tornar impossível que alguma coisa exista independentemente dos indivíduos, uma vez que a realidade é, não obstante, apenas um produto do intercâmbio anterior aos indivíduos. (BOTTMORE, 1988, p. 192).

Para tanto, o que podemos notar a partir do significado acima juntamente com o sentido dado por Bauer acerca do conceito de indivíduo é que o trabalho e os bens produzidos são a chave para entender as peculiaridades do ser e as relações do ser-com<sup>11</sup>. Isto nos leva a crer que Bauer não abandona completamente certos pressupostos teóricos desenvolvidos sob o signo do marxismo, como é o caso do conceito de alienação ligado à formação do indivíduo. Alienação aqui encarada como um distanciamento do ser de sua essência como tal a partir da relação distorciva e alienante com os modos de produção e dos bens produzidos. Portanto:

No sentido que lhe é dado por Marx, [alienação] é ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados [1] aos resultados ou produtos de sua própria atividade (ou à atividade ela mesma) e/ou a [2] natureza na qual vivem e/ou [3] a outros seres humanos e – além de, através de, [1], [2] e [3] também [4] de si mesmo (as suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou auto alienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas) através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. Por outro lado, a “auto alienação” ou alienação de si mesmo não é apenas um conceito (descritivo), mas também um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo (desalienação). (BOTTMORE, 1988, p. 5).

---

<sup>11</sup>Apropriando-se do conceito desenvolvido por Heidegger de ser-com (Mithdasein): “Quando mais de uma pessoa está em cena, Heidegger fala de (os) outro(s) ou Dasein-com (com-presença, Mithdasein)”. (INWOOD, 2002).

Podemos notar que Bauer se preocupa com este conceito de alienação a partir do momento em que este interfere na relação do indivíduo para com a comunidade cultural nacional e os bens culturais que dela provém. Quando Bauer fixa o olhar na cena em que milhares de trabalhadores alemães aglomerados em fábricas, muitos deles saídos da zona rural em busca de melhores condições de vida – aquelas mesmas que Bauer explicitou cujas características compõem o indivíduo –, passam a maior parte do tempo produzindo bens em favor da mais-valia, ou seja, trabalhadores que não possuem seus próprios meios de produção e vendem sua mão de obra passando a maior parte do tempo trabalhando, o alcance destes mesmos trabalhadores aos bens culturais produzidos pela nação torna-se cada vez mais difícil, tendo em vista a exploração do modo de produção capitalista acima de sua mão de obra. “Por ende”, reitera Bauer, “el hecho de la exploração también traba el devenir de la nación como comunidad cultural y impide la integración del obrero a la comunidad cultural nacional”, resultando, assim na alienação do indivíduo consigo mesmo e con a própria comunidade nacional: “¿Qué saben nuestros obreros de Kant? ¿Nuestros campesinos sobre Goethe? ¿Nuestros artesanos sobre Marx?” (BAUER, 1977, p. 104).

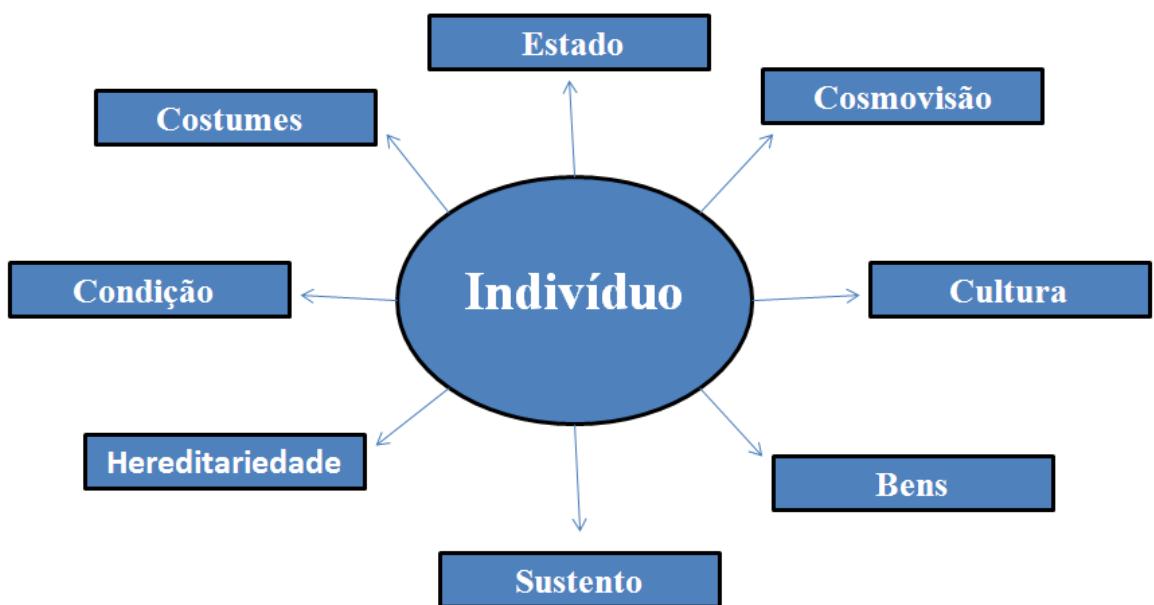


Figura 2 Formação do indivíduo na Comunidade de Caráter Nacional

É desta maneira que Bauer comprehende a formação do conceito de caráter nacional: uma relação estreita e igualitária entre as comunidades natural e cultural, formadoras dos modos de ser dos indivíduos cujos laços identitários promovem as ações e realizações da comunidade de destino.

## CAPÍTULO II – TEMPO NA NAÇÃO

Como ponto de partida deste capítulo, realizaremos alguns apontamentos teóricos sobre o tempo, fenômeno aqui apresentado como constitutivo do ser-nação. Para tanto, utilizaremos algumas perspectivas sugeridas por autores como Levinger e Lytle (2001) e Armani (2013), importantes na apreensão do significado nação e seu entrelaçamento com a temporalidade, visível nas perspectivas nacionais (que se apresentam como indicadoras ou formadoras das identidades) – ainda que de formas distintas.

Inicialmente, compreenderemos o significante tempo a partir da ideia de que a temporalidade se temporaliza, já que o tempo tem relação com seu próprio ser, compreendendo-se. Esta perspectiva da temporalidade está ligada ao conceito heideggeriano de “gestar-se” para compreender o “temporalizar-se” da temporalidade, de modo a entender a dinâmica que envolve as dimensões temporais em nosso objeto de estudo. Entraremos nesta discussão, pois, para Heidegger, a compreensão de que o tempo estaria desde sempre no mundo (ARMANI, 2013) não traz a condição existenciária do ser a partir do momento em que não se considera o tempo como o próprio *Dasein* (ser-aí). Há uma superação da ideia de tempo natural (mecânico) do qual já estaria dado – “sem a existência humana e, na qual, a história, depois de uma longa datação, também entraria” (ARMANI, 2013, p. 7). Entendemos o tempo como fenômeno constitutivo do ser-aí, onde o “aí” apresenta-se como “o contexto de significados historicamente consolidados do qual qualquer ente extraí suas determinações ontológicas.” (KAHLMAYER-MERTENS, 2015, p. 58). Queremos dizer com isso que não há a apreensão da noção de tempo a partir da sucessão de “agoras”, mas sim o entendimento de que, concomitante ao “presente”, há a noção do “haver-sido” e do porvir. Não há uma *negação* onde se considere apenas o “aqui-agora” e se porte com indiferença àquilo que não é mais e o que possa vir-a-ser (BLASIO, 2007) como possibilidade. Consideraremos a estreita ligação entre o “sido” com o “estar-sendo” como influência na formação do ser (sou).

Tendo isso em vista, partiremos para a interpretação da utilização do tempo nos discursos nacionais – em nosso caso, a temporalidade constitutiva da rede hierárquica que compõe o caráter nacional em Bauer. Muito além da apreensão mecânica do tempo natural, demarcado pelo calendário e pelo relógio, a temporalidade intrínseca nas visões

de mundo onde se toma como objeto as nações – sejam discursos que primam pela legitimização, ou, como no caso de Bauer, uma procura pela explicação do fenômeno – o tempo se apresenta de maneira derivada. Como mencionamos no capítulo anterior, Levinger e Lytle (2001) apreenderam esta noção de tempo derivado a partir do momento em que se identifica nos discursos de cunho nacional a ideia de passado, presente e futuro, cada um deles tendo papel de igual importância na formação das identidades nacionais. O haver-sido apresenta-se como objeto de legitimização a partir do momento em que há um “recorte” do passado para que este possa levantar subsídios discursivos capazes de mobilizar um grupo, uma comunidade. Este recorte, feito no presente, traz muito mais características dele mesmo do que um provável “resgate” de algum fato dado como originário, já que é a partir da vontade tida no presente que a ação do “voltar-se” para algo ou alguém no passado leva consigo o contexto do agora.

A apreensão do passado como sucessão de fatos que se interpelam pode ser identificada neste exercício de “retorno” ao passado, já que os fatos teriam lugar determinado no tempo. Como já assinalado, este exercício de “resgate” teria como objetivo legitimar, a partir do discurso que se propõe nacional, as raízes históricas da nação, tendo em vista a utilização da história como escudo a possíveis questionamentos quanto sua existência e imposição quanto a outras nações. O uso deste tipo de discurso também pode ser entendido como fomentador das identidades nacionais, tendo em vista a atividade de “relembrar” e “resgatar” hábitos e costumes dos antepassados para o presente. O constante exercício reafirmar as “tradições” (HOBSBAWM, 2012) de determinado grupo reforça justamente o sentimento de pertença invocado discursivamente. É interessante notar que este ato de localizar temporalmente um fato no passado assemelha-se com a atividade do historiador para com suas fontes. Como questionamento do lugar do tempo na atividade histórica, Armani (2013) assinala que é problemática a relação do tempo com o historiador, por mais ambíguo que isto possa parecer, já que como simbologia da ciência histórica, temos a ampulheta como representação. Porém, no exercício de nosso trabalho, ainda captamos o sentido do passado como se estivéssemos fora dele, ou seja, como se o tempo fosse algo dado e o passado como um haver-sido e não mais possível. Falamos de passado como se este fosse um ente de onde *extraímos* nosso objeto de estudo, datamos e o analisamos como se compreendêssemos seus significados, sem compreendermos de fato a temporalidade. Passado como entidade ou uma localidade de onde residiriam as lembranças esquecidas

e de onde a rememoração as extraíria. (RICOEUR, 2012, p. 331). “Diferentemente do que dizia o historiador Marc Bloch acerca da história como ciência dos homens no tempo” comprehende Armani, “a história parece ser mais uma ciência dos homens cuja existência como estar-lançado no mundo é temporalidade.” (ARMANI, 2013, p. 5).

O passado como entidade só é possível por meio do discurso e é esta característica que observamos ao analisar os discursos nacionais. Levinger e Lytle assinalaram que o passado possui papel fundamental na busca por um futuro utópico. Armani (XXXX)<sup>12</sup>, porém, assinalou que esta dinâmica temporal possui brechas quando analisados, por exemplo, discursos nacionais aonde a nação (ou o vir-a-ser nação) tinham como características a superação de um passado colonial. Aqui temos a ideia de superação que ultrapassa os limites dimensionais do presente e agrega à perspectiva de ruptura também o passado. Voltando-se para o objeto desta pesquisa, Otto Bauer determina temporalmente seu alvo de análise nesta mesma linha de raciocínio: o tempo em “Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie” se mostra como: 1) forma concebida *apriori* da experiência, preexistente ao ser humano; 2) como formação derivada, o porvir da nação se mostra a partir da ideia de *ruptura linear* com o presente e o passado.

Antes de adentramos nestas duas características principais sobre o tempo em Bauer, achamos necessário desenvolver as três dimensões temporais e as relações de *permanência* e *ruptura* que podem ser identificadas nos discursos nacionais que projetam o ser-nação como em um horizonte de expectativas.

## 2.1. TEMPORALIDADE E NAÇÃO.

A invenção de uma noção capaz de apreender o fator do tempo mecânico para as narrativas históricas trouxe uma série de mecanismos que o sujeito dispõe para identificar e delimitar o espaço temporal por meio da linguagem. Um destes mecanismos é a temporalidade determinada na ideia de um fenômeno que foi, mas que não é mais e sobre as perspectivas de futuro relacionadas a ele, ou seja, a presença no discurso da noção de passado, presente e futuro. As três dimensões temporais aqui expostas são expostas por meio do discurso nacional em que se lançam expressões cujos

---

<sup>12</sup> Trabalho apresentado pelo Professor Dr. Carlos Henrique Armani no [XXXXXXX] no ano de [XXXX] cujo texto ainda não fora publicado.

significados trazem a ideia de “memória”, no caso do passado, seja ela composta de cargas positivas – como na tríade temporal de Levinger e Lytle, onde o passado apresenta-se como um modelo a ser seguido pela nação no presente – seja por conotações negativas – como no caso das comunidades que apresentam passados coloniais a serem superados. No caso de Bauer, a história tem papel fundamental na formação do caráter nacional, não como um salvo conduto que legitima a nação com um fato originário (uma guerra, uma unificação territorial, uma independência), já que estes apenas significam um fato importante no haver-sido da nação; Bauer determina que este tipo de apropriação de acontecimentos do passado como legitimadores apenas demonstra o caráter *imutável* (BAUER, 1977, p. 25) que alguns nacionalismos tendem a recair em seus discursos. Devemos atentar, porém, que o discurso que leva em consideração os acontecimentos do passado como parâmetro do vir-a-ser nação não o faz de forma idêntica; o passado passa por uma “revisão” daquilo que necessariamente conduz o discurso do presente para a projeção do futuro nacional: “Sem prejuízo de chiste político, também aqui se pode mostrar que o que se espera para o futuro está claramente limitado de uma forma diferente do que o que foi experimentado no passado.” (KOSELLECK, 2012, p. 311).

Assim, podemos perceber na Obra de Bauer é que não há um esquecimento do passado para com a formação do caráter nacional. O passado aparece como um quadro estático, cujas formas que se revelam perante o olhar de Bauer muito tem de significativo na compreensão do presente e na projeção da nação do futuro. Isto tem a ver com o não esquecimento da história, fato este possível de se apreender na expectativa de Bauer para o porvir. E é nesta tríade temporal que Bauer mergulha suas expectativas quanto ao caráter nacional, unido passado, presente e futuro em seus planos de projeção.

Como marco teórico para este trabalho, utilizaremos a noção de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” para nos referirmos ao tempo. Koselleck (2012) desenvolve os dois conceitos como forma de expressar as noções de temporalidade e seus usos captáveis nos discursos históricos, sendo eles necessários na compreensão do significado que eles dão ao tempo e as conjunturas históricas dos quais se projetam.

Como espaço de experiência, Koselleck afirma que se trata de entender o passado como “estratos de tempos anteriores simultaneamente presentes, sem que haja

referência a um antes e um depois” (Koselleck, 2015, p. 311). Temos aqui a noção de que os momentos ultrapassam as fronteiras temporais entre passado e presente e se mostram, a partir das recordações, de maneira pessoal ou coletiva para o(s) agente(s) que rememoram. Passado e presente significam o espaço da experiência; o haver-sido encarado não como um local ou uma entidade que guarda os acontecimentos passados, mas como experiências vividas por determinado(s) agente(s) em que “se aglomera[m] para formar um todo” (Ibidem, p. 311). Este todo só é possível na medida em que há a vontade de relembrar de algo ou alguém, portanto o presente se eleva na dinâmica do espaço de experiência, já que é a partir da ação de rememorar que o passado torna-se mensurável.

Levinger e Lytle demonstraram esta ligação do presente com o todo do haver-sido na medida em que o agente do discurso nacional passa a comparar data experiência do passado com o que se mostra em seu presente. Um exemplo levantado sobre a tríade temporal envolvendo o discurso nacional pode ser encontrado na noção de unidade do Reich alemão no contexto que abarca as investidas de Napoleão na Europa, onde ressalta a perspectiva de Ernst Moritz Arndt sobre o glorioso império alemão que estaria por nascer:

From the North Sea to the Carpathians, from the Baltic to the Alps, from the Vistula to the Schelde, one belief, one love, one spirit, and one passion must again bring together the whole German *Volk* in brotherly union. They must learn to feel how great, powerful, and fortunate their fathers were in obedience to *one* German emperor and *one* Reich, when the many feuds had not yet incited them against one another (LEVINGER & LYTLE, 2001, p. 184).<sup>13</sup>

A unidade do Reich, como explicitada por Arndt, justifica-se por alguns pontos centrais: a noção de união do povo por meio da ideia do Volk traz as perspectivas referentes à formação histórica da qual a comunidade nacional alemã teve como trajetória. O perigo iminente do questionamento da legitimidade nacional alemã trouxe subsídios do passado num sentido de presença no presente, já que são constitutivos nas características do vir-a-ser nação.

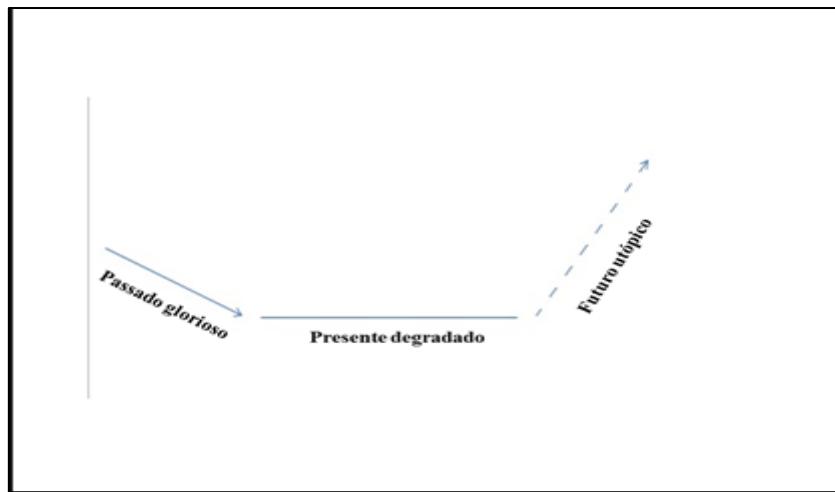
---

<sup>13</sup> “Do Mar do Norte aos Cárpatos, do Báltico aos Alpes, do Vístula ao Schelde, uma crença, um amor, um espírito e uma paixão devem reunir novamente todo o Volk alemão em união fraterna. Eles devem aprender a sentir quão grandes, poderosos e afortunados seus pais foram em obediência a um imperador alemão e um Reich, quando as muitas rivalidades ainda não os haviam incitado um contra o outro. (LEVINGER & LYTLE, 2001, p. 184) (tradução nossa).

Aqui entraremos em outra dimensão temporal importante na constituição dos discursos nacionais: a noção do futuro como horizonte de expectativa. Longe de serem conceitos opostos, como assinalou Koselleck, o espaço de experiência e o horizonte de expectativas se entrelaçam como forma de explicação de mundo. Porém, sua ligação não se dá de forma complementar a outra, já que como afirmou Koselleck: ‘só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então.’ (KOSELLECK, 2012, p. 314).

Temos como horizonte de expectativas aquilo que carrega as projeções para um futuro diferente daquilo que se mostra no presente. Diferentemente do espaço de experiência, o horizonte de expectativas significa aquilo que o(s) agente(s) esperam do porvir a partir da vontade no presente, mas que se distancia dele mesmo e do haver-sido. O horizonte da dimensão do futuro mostra-se como um limite às ações do presente, já que não há um controle daquilo que pode vir-a-ser. Entendemos então o horizonte de expectativas como aquilo que se projeta a partir do espaço de experiência – sendo positivo ou negativo –, como um distanciamento daquilo que se mostra em seu presente.

O vir-a-ser nação expressa as expectativas contidas nos discursos nacionais como forma de projetar aquilo que se deseja para o futuro. Esta relação temporal se mostra tensa a partir do momento em que se perde o controle daquilo que poderá – ou não – vir a acontecer por meio dos apontamentos feitos com relação ao passado – como possibilidade de se chegar até ele, já que representa o haver-sido e possui mecanismos de rememoração que tornam seu alcance viável – e o presente. Levinger e Lytle expressaram este mecanismo a partir do esquema da Tríade Temporal analisando alguns dos discursos nacionais europeus que tinham como objetivo legitimar o ser-nação a partir de um fato originário do passado:



**Figura 3 Esquema da Tríade Temporal dos discursos nacionais de Levinger e Lytle (2001).**

Como já explicitamos antes, este esquema da Tríade Temporal que denota um passado cujas características funcionam, além do salvo conduto do discurso, exemplo a ser seguido e/ou alcançado por meio das projeções futuras, são identificadas em discursos que se propõem nacionalistas na Europa, onde o “resgate” daquilo que foi traz a noção do que deveria ser tomado em consideração quando a legitimidade da nação é posto à prova. Como exposto por Armani (2012), de nada adiantaria o esforço de rememorar o passado quando este apresenta características das quais se deseja se superar – como o já referido caso das nações que tem como espaço de experiência a intervenção de um regime colonial.

Esta colocação abre espaço para a interpretação mais profunda referente às ligações entre espaço de experiência e horizonte de expectativas nos discursos nacionais. Faremos estas colocações antes de adentrar finalmente nas perspectivas temporais em Bauer e as implicações destas em sua Obra.

Tomemos novamente como exemplo a Tríade Temporal de Levinger e Lytle. Os atos de rememoração e projeção feitas a partir do presente constituem o ser-nação a partir do momento em que se torna possível a transformação deste em discurso. Caracterizando-os como históricos, estes discursos de cunho nacional trazem em sua essência as noções como de reproduzibilidade, ruptura e linearidade (ARMANI, 2012) que davam sentido às suas perspectivas.

O “tempo da reproduzibilidade”, como analisado por Armani, traz em seu significado as noções de rememoração daquilo que é importante na legitimação do ser-nação. Aqui, como aponta Armani na análise do intelectual brasileiro Emílio de Souza Docca (1884-1945), são identificáveis as escolhas feitas pelo intelectual de momentos no passado que compõem a “história da pátria”, da procura pelas “tradições” que reproduziam a essência da nação. O passado encontra ecos no presente a partir do momento em que há ação da rememoração e de sua repetição, através de ritos, comemorações, tradições.

Em contrapartida, a reproduzibilidade dificilmente se realizará de forma plena. Dizemos isto porque, em primeiro lugar, seria de todo impossível o ato de rememorar o todo da história da nação, sem deixar nenhum aspecto de fora. Segundo, porque são memórias e, portanto, envolvem esquecimento. O passado de uma nação envolve aspectos positivos e negativos aos olhos do intelectual interessado em pensá-la, tornando necessário o exercício de escolha dos aspectos a serem levados em consideração. Como já assinalado anteriormente, nem sempre o passado como um todo possui aspectos positivos no sentido da legitimação da soberania nacional, justamente como o caso das nações que apresentam passados coloniais. O passado colonial representa um sentido diferente do apresentado por Arndt com relação à união do Reich alemão e sua legitimação quanto ao haver-sido. Aqui, a representação do passado se manifesta como uma continuidade; a própria ideia de reproduzibilidade chega a beirar o discurso do ser-nação trazendo, inclusive, características naturais: a essência da nação justificada pelos limites naturais, dando um sentido de que as fronteiras nacionais já estavam traçadas antes mesmo de qualquer intervenção humana: “From the North Sea to the Carpathians, from the Baltic to the Alps, from the Vistula to the Schelde[...]”. Somosarremeçadosa um passado quase que imemorial que justifica os modos de agir e pensar de determinado grupo no presente. Porém, mesmo em se tratando de buscar memórias no espaço de experiência, como já mencionado, esta atividade envolve a negação de aspectos que devam ser superados. Assim se constitui o “tempo da ruptura”, uma separação daquilo que foi do que não se quer mais.

O tempo da ruptura não significa uma separação completa entre passado e presente, mas “ver no passado algo distinto do presente” (ARMANI, 2012, p. 199). E é neste sentido que a tríade temporal de Levinger e Lytle se torna relativa: o olhar para o haver-sido nem sempre se mostra de forma positiva; nem sempre o(s) agente(s) do

discurso verão no passado, como ele se mostra, subsídios positivos que fomentarão a mobilização da comunidade para devido fim comum. Este fim comum (horizonte de expectativas da nação) liga-se às outras dimensões temporais formando a concepção linear do tempo como trajetória. Somos familiarizados com esta perspectiva pois, como forma didática de exposição do tempo, muitos historiadores recorrem à “linha do tempo” como representação do “homem no tempo”. Nesta perspectiva temporal linear, as ideias quanto à nação passam por estágios onde se mostram pessimistas – quando relacionadas ao presente – e otimistas – quando levam em consideração aspectos de mudança (rupturas), quase que como na expressão de Koselleck sobre o História [Geschichte] no século XVIII. “Indicava a vinculação secreta entre passado e futuro”, aponta Koselleck, “cuja conexão só se pode reconhecer depois de se haver aprendido a compor a história a partir dos dois modos de ser, o da recordação e o da esperança”. (KOSELLECK, 2015, p. 308).

O(s) agente(s) que recorda(m) estratos do passado o faz(em) à procura de algo estimulado por alguma coisa. À sombra das rememorações estão os objetivos dos quais este(s) mesmo(s) agente(s) se volta(ram) ao passado para compor seu(s) discurso(s) de cunho nacional. Logo, podemos supor que é a partir de estímulos - como foi no caso de Arndt, frente às investidas de Napoleão em território “alemão” – que se criam expectativas sobre o futuro. Estes estímulos traduzem o contexto histórico do qual o discurso provém. Entendemos contexto aqui não como simples caracterização de aspectos sociais e políticos de determinado grupo em determinado espaço de tempo, mas como constitutivo do ser, o “horizonte de compreensão da própria existência humana, o que implica, por sua vez, a condição de poder ser de todo ente no passado.” (ARMANI, 2013, p. 3).

A memória nacional tem como ambição ser uma memória coletiva. A linearidade dos discursos nacionais, seja ela em forma de canções, cultos ou passeatas, deve atingir o ser nacional de forma a criar laços entre aqueles que fazem parte da mesma junto a si. Em outras palavras, a memória coletiva nacional tem como objetivo fomentar subsídios às relações de identidade entre os conacionais, fenômeno este de extrema peculiaridade fragilidade.

Tomemos como exemplo a condição de descendente de imigrante “alemão” no Brasil. Dois séculos separam o fenômeno da chegada dos primeiros imigrantes (cuja

primeira leva data do ano de 1824) para com suas gerações de descendentes no século XXI. Porém, quando perguntado<sup>14</sup> sobre suas “origens”, é comum identificar a perspectiva de pertença àquele grupo de imigrantes, que saíram de seus territórios – nem entraremos no mérito de que se considera Alemanha como nação unificada somente a partir de 1871 – em busca de melhores condições de vida. Ouvimos o “nós” como pronome que liga passado e presente de forma identitária, onde há transmissão de bens culturais pela memória coletiva de alguém que talvez nem tenha mantido contato direto com este imigrante. “Nós sofremos”, “nossas terras”, “nossa cultura” são alguns dos exemplos de apropriação da memória por meio de laços identitários promovidos pelos discursos nacionais. É a partir do “nós” que se revela a expectativa de unidade do ser-nacional, que independentemente do local onde se encontra, liga-se à nação “originária”, sua cultura, seus conacionais. O uso do artigo definido para se referir às origens, segundo o exemplo acima, “o” alemão, também vem demonstrar este fenômeno a partir do momento que a identidade seleciona e eleva certas características tidas como tipos comportamentais “típicos” de determinado grupo. Para Koselleck:

A eficácia das atribuições recíprocas se intensifica historicamente quando elas são aplicadas aos grupos. O simples uso do “nós” e do “vós” estabelece, decerto, inclusões e exclusões, e nesse sentido constitui uma condição para que a ação se torne possível. Mas um grupo designado por um “nós” só poderá constituir-se em uma unidade de ação politicamente eficaz se incluir em si algo mais do que uma mera designação ou denominação. Uma unidade de ação política e social só se constitui por meio de conceitos pelos quais ela se delimita, excluindo outras, de modo a determinar a si mesma (KOSELLECK, 2012, p. 192).

Há uma linha tênue nas identidades nacionais neste caso. O indivíduo que se considera parte de um grupo, exclui o outro de sua identidade em forma de negação. Por mais complexa que é a relação identitária de A, A se considera A e não B. Neste caso, o descendente de imigrante “alemão” assim se considera antes das identidades provenientes daquilo que se considera o “ser nacional brasileiro”. Longe de ser um significado fechado e unitário, onde a própria condição de ser do descendente de imigrante englobe, tanto as características culturais e hereditárias passadas pelo núcleo familiar e pela comunidade do qual se diz parte, quanto às características ligadas ao

<sup>14</sup>Trabalho realizado para a disciplina de Memória e Patrimônio no ano de 2010 no Curso de Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria, sob a responsabilidade do Professor Doutor André Luís Ramos Soares. Neste trabalho entrevistamos o grupo de dança e cultura alemã “ImmerLustig”, vinculado à Igreja Luterana de Santa Maria – RS, onde questionamos sobre os laços identitários de descendentes de “alemães” com a cultura alemã e as possíveis tensões na relação identitária com o país onde nasceram.

meio em que ele se encontra – como no caso da língua e dos costumes provenientes do grupo onde se localiza territorialmente -, há uma tendência de se levar em consideração aquela identidade da qual o difere do meio em que está. É o caso da utilização do pronome “nós” em contraste com o “eles”, referindo-se ao brasileiro como unidade identitária do qual não faz parte. Talvez isto se deva à transmissão da expectativa dos antepassados de um possível “retorno” ao território de origem, mas isto é apenas uma suposição. O que defendemos aqui é que as identidades, como demonstrado neste caso, utilizam-se de aspectos pontuais do haver-sido de forma linear, onde são construídas a partir do exercício de rememoração seletiva. Não queremos dizer com isso que as identidades são significantes fechados e homogêneos.

Nação está no topo da hierarquia dos conceitos mais distorcivos da História. Dizemos isto pois, como apontou Laclau (2014), alguns significantes conseguem abranger um número incontável de significados em sua significância, fenômeno este que Laclau chamou de “significante oscilante vazio” àqueles conceitos que englobam significações diversas – até mesmo conflitantes – mas que, por seu caráter distorcivo, não perdem o sentido. A exemplo disto, vemos a ideia de Arndt sobre a legitimação nacional a partir da ideia de que a soberania da “nação alemã” esteve desde sempre cunhada no grupo que se denomina povo (Volk), cujos modos de pensar, agir e reagir aos estímulos externos caracterizam determinada comunidade como alemã. Em contrapartida, Otto Bauer, como já vimos, rechaça este tipo de interpretação do conceito de nação que eleva a História como salvo-conduto das identidades nacionais pelo fato de encará-la como *mutável*. As contradições do significado “nação” entram em conflito, já que uma exclui a outra, mas mesmo se tratando de dois lados da moeda, ainda estamos falando da referida moeda. Considerar o conceito de nação de A, pode negar o de B, mas isto não quer dizer que os dois não estejam falando da mesma coisa. Portanto, nação torna-se um dos fenômenos mais complexos de se compreender, dado as inúmeras perspectivas acerca de seu significado. É vazio, como assinalou Laclau, não num sentido de não haver significado, mas pelo fato de necessitar o exercício constante de atribuição de significações.

Tendo isto em vista, faremos a análise interna da Obra de Otto Bauer acerca das noções de temporalidade do qual o autor se utiliza para com sua teoria nacional.

## 2.2. TEMPORALIDADE NA COMUNIDADE DE CARÁTER NACIONAL

Expomos no capítulo anterior a intenção de Otto Bauer em organizar hierarquicamente um significado para a nação. Não só, a insistência de Bauer em traçar um método de análise para o conceito nos traz um contexto de ideias que, como assinalado por Baumer (1977), apresentou uma revisão dos métodos científicos na maneira de ver e se analisar os fenômenos. Bauer contrapõe seu caráter nacional aos discursos de cunho puramente nacionalistas, que pouco se importaram com a forma como tais ideias foram estruturadas. A exemplo disto, Bauer cita os já mencionados discursos que levam em consideração uma espécie de “substância anímica” que rege os conacionais, determinando seus modos de agir, pensar e reagir. A contraposição a esta ideia, mais precisamente com a perspectiva da existência de um “espírito do povo” (*Volksgeist*), levou Bauer a entender que o caráter nacional, para ser entendido como tal, deva ser caracterizado como *relativo* e *modificável* antes de qualquer coisa. Sobre a relatividade da nação, paira a ideia central de Bauer a respeito das identidades formadoras do indivíduo na coletividade; Bauer parece realizar um retorno à pergunta da formação do indivíduo antes de mergulhar nas comunidades que, segundo Norbert Elias, são justamente as relações que produzem no indivíduo a construção de si mesmo, como idéias, convicções, afetos, necessidades, bem como sua interação com o coletivo (ELIAS, 1994, p. 36). Aqui, estão entrelaçadas ao indivíduo sua formação quanto indivíduo cujas características são determinadas de acordo com o núcleo familiar (a Comunidade Natural, referindo-se à hereditariedade) juntamente com as características apropriadas ao longo de sua vida (a Comunidade Cultural representada pela transmissão dos bens culturais). Falamos de comunidade de caráter nacional apenas no momento em que consideramos as características individuais dos conacionais, pois, antes de mais nada, o indivíduo possui em sua composição existenciária, outras identidades dos quais o formam como tal: Bauer cita a consciência de classe como constituinte da identidade do indivíduo pensando na coletividade, mas não a eleva como a mais importante.

Entrelaçado ao significado de relatividade da nação temos a comunidade de caráter nacional modificável, contrapondo-se à qualquer discurso de legitimação nacional que leve em consideração aspectos históricos como salvo-conduto de sua soberania. A comunidade de caráter nacional apresenta os primeiros passos para a introdução na noção de temporalidade a qual Bauer se utiliza para justificar sua teoria

mais adiante. Por hora, nos deteremos às conotações que o caráter modificável denota no conceito de nação.

Voltando à Tríade Temporal de Levinger e Lytle, o que vimos é que, basicamente, o passado constitui papel de fundamental importância na constituição do ser-nação. A linha descendente que representa o passado com relação ao presente nos remete, assim, a ideia de positividade referente a aspectos no haver-sido daquilo que se propõe nação. A linearidade da temporalidade se apresenta a partir do momento em que o tempo é considerado um ente de onde o agente do presente retira aspectos dignos de serem rememorados. Já vimos também que este linha descendente do passado – a positividade com relação ao presente – não pode ser enquadrada como modelo de explicação a todos os discursos que se propõe nacionais ou que pretendem, pelo menos, explicá-lo. Assim vemos o caso da temporalidade do caráter nacional em Bauer.

Como já assinalado, Bauer comprehende uma total falta de científicidade considerar aspectos do passado de uma comunidade como salvo-conduto de sua identidade que preze a unidade. Pensemos no exemplo dado por ele:

Acaso la nación es una comunidad de seres humanos de igual ascendencia? Pero los italianos descienden de etruscos, romanos, celtas, germanos, griegos y sarracenos; los franceses de hoy de galos, romanos britanos y germanos; los alemanes de hoy de germanos, celtas y eslavos. (BAUER, 1977, p. 23).

Ao assinalar as diversas ligações com povos de diferentes culturas, Bauer chama a atenção para a negação de discursos cuja essência da nação se legitima a partir da ideia de uma *unidade*. Mais do que isso, o passado se mostra como um lugar de conturbada relação identitária. Sim, *lugar*, pois Bauer não escapa da noção de separar o ser do tempo: algumas expressões demonstram esta tendência de considerar o passado como um ente, como por exemplo, “determinado século ou decênio”, “durante determinada época” (p. 25) e, o mais emblemático de todos, “registrados em tempo e lugar determinados” (p. 26). Estas colocações nos remetem a ideia de “tempo dado”: “nesse sentido, o tempo dos homens não difere do tempo da natureza. Ambos sucedem porque duram, o ‘plasma onde se engastam os fenômenos’ e o ‘lugar de sua inteligibilidade.’” (ARMANI, 2013, p. 5). Faz-se necessário dizer que esta noção de tempo acompanha a Obra de Bauer sempre que ele necessita se referir às noções do haver-sido; a própria explicação de *modificável* do caráter nacional se ancora numa perspectiva de entidade do passado, tanto na negação da ideia de identidade de caráter imemorial, onde: “connotaciones caracterológicas concordantes que los diferenciaban

[los germanos] de otros pueblos, por ejemplo, los romanos contemporáneos” quanto nas formações identitárias que, na visão de Bauer, se constituem em determinado tempo: “Pero, ninguna persona instruída negará [...] que el alemán de hoy tienemucha más em común com lás demás naciones civilizadas de su tiempo que com los germanos de Tácito.” (BAUER, 1977, p. 25). Armani (2013) afirma que esta forma de encarar o passado como um “lugar” é justificável na medida em que se torna necessário tornar inteligível a relação do tempo com o objeto, assim como no trabalho do historiador.

Neste sentido, Bauer encara a noção de tempo como fenômeno *a priori*, preexistente do ser humano a partir do momento que eleva a noção de tempo como entidade. Voltando às teorias kantianas sobre a razão – das quais Bauer ancora sua teoria sobre a nação – quando antecipa-se todos os fenômenos concebidos *a posteriori*, espaço e tempo constituem as intuições puras *a priori* – já que são pensadas “com caráter de necessidade” (KANT, 2001, p. 70). Portanto, tempo é uma noção dada a partir da qual os homens e demais fenômenos estão mergulhados:

O tempo é uma representação necessária que constitui o fundamento de todas as instituições. Não se pode suprimir o próprio tempo em relação aos fenômenos em geral, embora se possam perfeitamente abstrair os fenômenos do tempo. O tempo é, pois, dado *a priori*. Somente nele é possível toda a realidade dos fenômenos. De todos, estes se pode prescindir, mas o tempo (enquanto a condição geral da sua possibilidade) não se pode suprimir. (KANT, 2001, p. 70).

Para se chegar a tal fenômeno, sente-se a necessidade de se apontar um determinado local, já que constitui o espaço onde se localizam os fenômenos do passado. Neste primeiro momento, encaramos que o tempo é visto por Bauer a partir da noção de entidade, não como fenômeno constitutivo do ser. Por mais que Bauer atente para as questões identitárias envolvendo estratos do tempo, sua tendência consiste em separá-lo da constituição ontológica do ser-nação.

Como vimos, de modo inicial, passado possui um papel de fundamental importância na formação da identidade nacional, não como legitimador da nação, mas como fomentador da identificação da heterogeneidade nacional “ao longo do tempo”. Porém, o passado acaba tomando dimensões maiores na teoria da nação quando Bauer começa a explicitar a formação histórica da Alemanha e seus ecos no presente. A partir da parte IV de “Nationalitätenfrage und Die Sozialdemokratie” é que Bauer finalmente expõe a noção de caráter nacional com as questões políticas, econômicas e sociais da Socialdemocracia.

Tendo isto em vista, passamos à análise de cada dimensão temporal na Obra de Bauer.

### 2.3. NAÇÃO, SOCIALDEMOCRACIA, TEMPORALIDADE

Antes de tudo, gostaríamos de expor alguns pontos da parte IV da Obra de Bauer. Ela se torna peculiar tendo em vista o decorrer dos pontos anteriores de sua Obra, aonde, de forma estritamente teórica, Bauer determina seu caráter nacional. A partir do ponto IV, as intenções do autor se dirigem a objetos empíricos –neste caso, a constituição social dos germanos, onde já nos primeiros momentos identificamos suas escolhas de análise a partir dos alicerces teóricos propostos nos três pontos anteriores. Isto, como veremos a seguir, tem uma explicação que não necessariamente serve como *prova* de que sua hierarquia conceitual esteja de acordo com a realidade, mas que demonstra suas expectativas quanto ao porvir.

Por hora, voltamos ao espaço de experiência.

A organização das tribos germânicas na Antiguidade Clássica recebe total atenção a partir deste ponto. Não que haja uma contradição na teoria envolvendo o caráter modificável da nação, já que Bauer se submete a analisar uma organização tão distante temporalmente de sua contemporaneidade, mas o interesse do autor aqui é demonstrar justamente como se organizam estes povos: os laços familiares, a economia, a constituição militar e as leis que envolviam o grupo, e a relação com a terra e os meios dos quais este grupo produziam seu sustento são as características que Bauer se utiliza para analisar a chamada “Era del Comunismo Clânico” (BAUER, 1977, p. 45-46). Sem nos atermos muito nas características que Bauer analisa exaustivamente nesta comunidade em particular, é importante salientarmos que a expectativa aqui é explicitar a organização social vinculando as já assinaladas características da formação individual<sup>15</sup> mergulhado na coletividade. Isto pode ser averiguado também no ponto seguinte, em que Bauer avança em sua “linha do tempo” e analisa a mesma formação da comunidade, agora organizada segundo os modos de produção feudal até desembocar na “Era del Capitalismo Temprano” (Ibidem, p. 84). É aqui que Bauer desenvolve as

---

<sup>15</sup> Ver capítulo I o esquema da formação individual.

características contemporâneas da comunidade alemã, assinalado todas as mudanças sofridas ao longo dos séculos.

O êxodo rural proveniente do empobrecimento dos campos em detrimento da modernização dos modos de produção das cidades foi apontado por Bauer como a derradeira mudança na cultura nacional da Alemanha. Neste ponto em especial, Bauer assinala a transformação do indivíduo em proletariado e as consequências disso para com a cultura: “elcapesino está en lugar delbuey, sólo que no tiene cornos.” (Ibidem, p. 84). Além disso, Bauer atenta à crescente investida das nações à procura de novos lugares para a exploração capitalista e alerta sobre o que isso poderá acarretar: “La guerra mundial imperialista del futuro desencadenaráinevitablementeenunmovimientorevolucionario” (Ibidem, p. 494).

Pois bem, é a partir deste panorama que identificamos as noções de passado em Bauer.

Seguindo a ordem expressa pelo autor, as transformações sofridas ao longo do tempo pela comunidade de caráter nacional alemã não são de fato meios pelos quais se explicam a ação dos indivíduos como é encarado a partir da noção de causa/efeito que alguns discursos nacionais levam em consideração. Não são as identidades desenvolvidas no tempo que formam um tronco identitário capaz de ultrapassar as dimensões temporais e desembocar numa justificativa de algum modus comportamental. O que Bauer quer neste “retorno ao passado” é entender justamente estas mudanças sofridas pela comunidade alemã e, mais do que isso, entender as modificações que o modo de produção capitalista trouxe para o indivíduo, para a comunidade nacional e demais identidades. Assim se delineia o passado: uma dimensão temporal que guarda consigo as explicações dos processos que culminam nas características da nação na contemporaneidade. O espaço de experiência se modifica a partir do momento em que as conjunturas históricas se modificam.

O que torna obscura na teoria de Bauer até aqui é o “papel” que este ato de rememorar as características passadas de uma comunidade que se propõe nacional possui em sua formação e que se modificam ao longo do tempo. Podemos descartar, desta forma, a ideia de “resgate” de um passado glorioso aqui, pois não há indícios saudosistas na perspectiva de Bauer. Pelo contrário, o que notamos neste retorno ao passado – e, mais além, na análise da formação da sociedade alemã contemporânea –

que as características do haver-sido apenas corroboraram no modus da sociedade burguesa e que isto deve ser superado. Como? Através do Socialismo.

De modo genérico, temos formado a tríade temporal em Bauer: diferentemente do proposto por Levinger e Lytle, o passado em Bauer pouco tem a ver com qualquer razão de ser da nação que possa se questionar. Bauer se interessa por processos e, tendo isso em vista, o passado da comunidade nacional alemã (heterogênea em sua formação e apresentação) é visto de forma negativa, já que, ao analisar a situação da nação atual e sua constituição social, política e econômica, aponta:

Por cierto que podemos alegrarnos de cada intento de procurar a los obreros un pedazo de nuestra ciencia, de nuestra arte. Pero sólo los exaltados olvidarán que si el obrero aislado, inusualmente dotado, acaso hoy ya pueda convertirse en hombre civilizado, la plena posesión de nuestros bienes culturales debe seguirle estando necesariamente negada hoy a la masa. Quien haya visto alguna vez cómo se esfuerzan nuestros obreros por apropiarse de un pedazo de las enormes riquezas de nuestra cultura espiritual tras nueve o diez horas de trabajo físico, como luchan con el cansancio que quiere cerrarles los ojos, cómo bregan con la terrible traba de la mala formación previa, que les vuelve dificultosa cada palabra extraña, cómo quieren comprender leyes sociales, ellos que jamás oyeron hablar de leyes naturales, que jamás aprendieran mecánica, como quieren entender leyes económicas exactas, aunque jamás hayan aprendido matemáticas, no se atreverá a esperar poder hacer nunca de nuestra cultura la posesión de esos seres humanos explotados. (BAUER, 1977, p. 105).

Desta maneira, Bauer enxerga seu presente: a exploração capitalista alienante que distancia o indivíduo da formação de si mesmo como tal e dos bens culturais produzidos pela nação. Ainda que não de forma homogênea, Otto Bauer identifica este fenômeno em vários países europeus, lamentando “el abismo” (Ibidem, p. 494) no meio do caminho das nações.

Em frente a isso, o plano de ação do Socialismo a partir da ideia de luta de classes aparece como solução a este problema. O capítulo VI pode ser considerado como o formador das ideias relacionais entre Socialismo e identidade nacional, pois é neste capítulo que Bauer apresenta seu horizonte de expectativas para com a formações da “colectividad del futuro” (Ibidem, p. 494). Em primeiro lugar, Bauer comprehende que a nação nunca será um fenômeno completo em sua existência estancada no capitalismo. A ideia de processos, como já mencionado, leva Bauer a crer que a tomada de poder político pela classe trabalhadora faz parte do progresso temporal das nações. Podemos comprovar esta ideia a partir da perspectiva de que uma reação revolucionária

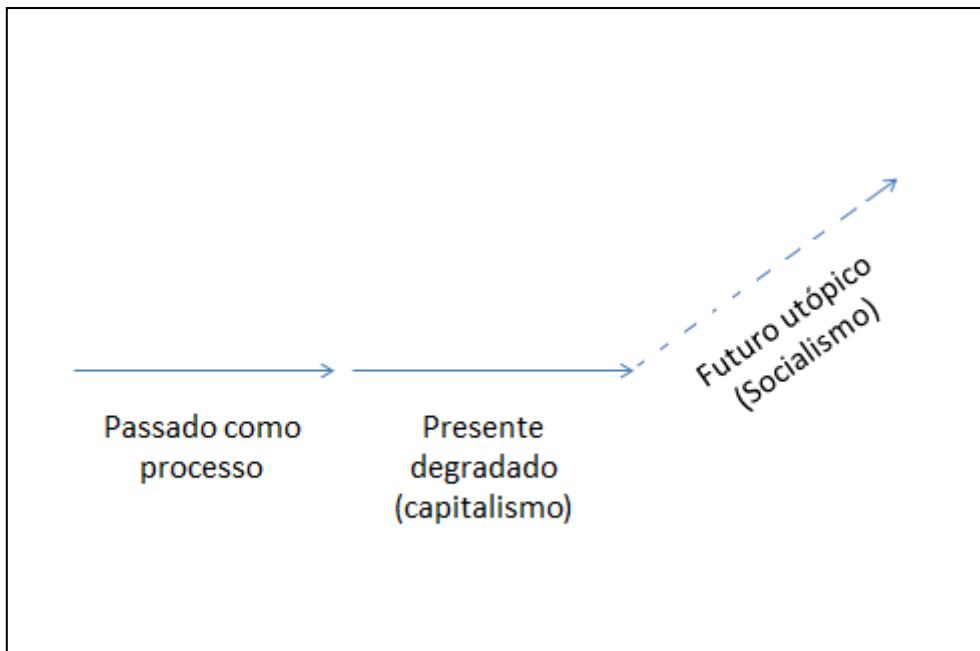
é *inevitável* (Ibidem, p. 494) frente à luta do imperialismo por novas fontes de exploração, que coloca nações contra nações, povos contra povos. O porvir da nação se caracteriza pelo desfecho da luta de classes, e o resultado disto se exprime em nação de estrutura organizada a partir dos preceitos da socialdemocracia:

Pero la colectividad del futuro no podrá prescindir del atributo de la soberanía, sino que éste significará que es el dirigente supremo de toda la producción y de toda la distribución. El proletariado no empieza cambiando las normas jurídicas, sino los sujetos des derecho y la eficacia de esas normas jurídicas; y esto bastaría para transformar al estado en una estructura social totalmente nueva.” (BAUER, 1977, p. 494).

Tomemos agora a noção de futuro em Bauer. Como forma de superação das intempéries provocadas pelo modo de produção capitalista, em que indivíduo se torna um conceito precário na medida em que se leva em consideração sua alienação frente ao trabalho, ao seu distanciamento, a partir disto, dos bens culturais desenvolvidos pela nação, e a incompletude na formação do próprio ser-nação que se barra no imperialismo são características a serem superadas no plano nacional desenvolvido por Bauer. Assim, a temporalidade envolvida na ideia de *linearidade* – por haver ligação direta entre passado, presente e futuro –, mas de forma a assinalar uma ruptura com o haver-sido e o ser do presente da nação para com o porvir.

Notamos, desta forma, que nem todos os discursos que projetam o vir-a-ser nação utilizam passado de forma positiva. Até mesmo dentro da Europa, como foi o caso explicitado com Otto Bauer, as teorias nacionais apresentam peculiaridades também quando se referem aos estratos do tempo. Em Bauer, seu horizonte de expectativas se projeta na ideia de superação, tanto do passado, quanto do presente da nação. O plano da Socialdemocracia, assim, utiliza-se de processos vistos como *negativos* na construção do ser-nação e que, a partir da luta de classes (momento da ruptura linear), a nação se projeta no futuro como algo novo.

Propomos, tendo isto em vista, uma nova forma de se pensar a Tríade Temporal de Levinger e Lytle a partir da perspectiva de ruptura linear com passado e presente em Otto Bauer:



**Figura 4** Esquema da Tríade Temporal de Levinger e Lytle (2001), adaptada para a teoria de Otto Bauer (1907) sobre o caráter nacional.

Aqui temos representado o topo da hierarquia conceitual de Bauer: a mobilização no presente identificado pela luta de classe elevaria o caráter nacional ao principal conceito desenvolvido pelo autor - a Comunidade de Destino. É por esta característica que a comunidade organizada a partir do preceitos capitalistas não alcançaria a significação plena da nacionalidade; no socialismo, indivíduos tem acesso aos bens que produzem de forma comum, tem acesso aos bens culturais que são produzidos pela comunidade nacional, estão livres da condição alienante do trabalho imposto pela sociedade burguesa. A Comunidade de Destino se torna plena a partir do momento em que “todas las naciones unidas para la dominación común de la naturaleza, pero también colectividades nacionales para impulsar su desarrollo independiente y la libre posesión de su cultura nacional.” e conclui que“ Esto es lo principio de la nacionalidad del Socialismo.”(BAUER, 1977, p. 506).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie” de Otto Bauer, publicada no ano de 1907 e Viena, na Áustria, traz em sua essência a configuração de uma teoria nacional marcada por um exercício teórico cujas bases estão cunhadas na procura pelo explicar o ser-nação a partir de um método científico. Típico do período denominado por Schorske como o *fin-de-siècle* vienense, Bauer captou o a necessidade de se desenvolver um significado ao conceito de nação – tão cara à Socialdemocracia e ao Império Austro-Húngaro. Desta forma, Bauer intencionou demonstrar por meio de uma científicidade herdada pelo movimento Neokantista próprio do período e acabou por formar o complexo sistema hierárquico de conceitos formadores de seu caráter nacional a partir da relação de comunidades. A Comunidade Natural (Naturgemeinschaft) se apresenta como a materialidade do ser-nação, por trazer o aspecto da hereditariedade como formadora dos laços identitários entre os conacionais. Juntamente com a natureza, a Comunidade Cultural (Kulturgemeinschaft) mostra-se como o produto dos bens culturais que ligam um indivíduo ao outro dentro dos limites da nação. Cultura e Natureza andam juntas para formar o topo da hierarquia do caráter nacional: a Comunidade de Destino (Schicksallgemeinschaft). Para Bauer, este é o significado principal de qualquer grupo que se projeta como nação, já que é a partir desta ideia que se identifica determinado grupo de indivíduos lutando por um fim comum – o destino.

Como toda a teoria que tem como objeto a nação, tornou-se necessário entender a presença da temporalidade na perspectiva nacional de Bauer. Assim, identificamos na hierarquia conceitual duas características principais no que se refere aos usos de estratos de tempo: a primeira delas é que Bauer comprehende o tempo como intuição pura *a priori* da existência humana, a partir do momento em que considera o passado como uma entidade de onde os processos formadores das características das nações se localizam. O passado é tratado como localidade, diferente do entendimento de que a temporalidade é um fenômeno constitutivo do ser, portanto que comprehende o ser; segundo, que o tratamento deste passado como fonte de entendimento dos processos pelos quais a nação sofreu “ao longo do tempo” traz a noção de *ruptura linear* de seu espaço de experiência com seu horizonte de expectativas.

Isto trouxe à tona a relação das dimensões do tempo a partir da Tríade Temporal que Levinger e Lytle (2001) propuseram como modelo de análise aos discursos

nacionais. Na tríade, passado apresenta características *positivas*, cuja rememoração seletiva faz com que a ideia de projeção de um futuro utópico seja alinhada à mobilização da população no presente – cuja interpretação o caracteriza como “decadente”, “negativo”. A partir disto é que propomos uma adequação ao esquema temporal, já que na teoria da nação em Bauer, o passado e o presente possuem características a serem superadas a fim de um bem comum – a nação do socialismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jorge de. BADER, Wolfgang. Pensamento Alemão no Século XX. São Paulo, Cosac Naify, 2009.
- ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. Lisboa: Ed. 70, 2005.
- ANDERSON. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- ANDERSON. Western nationalism, Eastern nationalism. New Left Review, MayJun, p. 31-42, 2001..
- BAUER, Otto, "Kritiker Links und Rechts", in Der Kampf, XX, 1927.
- BAUER, Otto. "Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie". OISE - University of Toronto, 1907.
- BAUER, Otto. "La Cuestión de Las Nacionalidades y La Socialdemocracia". Siglo Veintiuno Editores. Espanha, 1977.
- BAUMER, Franklin. O pensamento europeu moderno. Vol. 1. Lisboa: Edições 70, 1990.
- DOMINGOS, Manuel e MARTINS, Mônica Dias. Significados do nacionalismo e do internacionalismo Meaningofnationalismandinternationalism. Tensões Mundiais: revista do Observatório das Nacionalidades. – Vol. 2, n. 1 (jan./jul. 2006) – Fortaleza: Observatório das Nacionalidades, 2006
- DOSSE, François. La marcha de las ideas. Valencia: PUV, 2006.
- DUMONT, L. O Individualismo: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- GORDON, Peter. What is intellectual history? A frankly partisan introduction to a frequently misunderstood field.
- HALL, S. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. Aqui.
- HERDER, Johann Gottfried. Também uma filosofia da historia para formação da humanidade: uma contribuição a muitas contribuições do século. Lisboa: Ed. Antígona, 1995.
- KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. São Paulo: Ícone, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

- HOBBSAWN, Eric. História do Marxismo (Terceira Parte). Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1984.
- \_\_\_\_\_. História do Marxismo (Segunda Parte). Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1984.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1993.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.134-146, 1992.
- LACAPRA, Dominick. Rethinking intellectual history and reading texts. In: LACAPRA, Dominick. Rethinking intellectual history. Ithaca and London: Cornell University Press, 1983.
- LEVINGER, Matthew, LYTLE, Paula. Myth and mobilisation: the triadic structure of nationalist rhetoric. *Nations and Nationalism*, vol. 7, n. 2, p. 175-194, Apr. 2001
- LÓPEZ, Damián. La Cuestión Nacional Según Otto Bauer. *Notas Críticas en Torno de un Clásico*. Buenos Aires: EstudiosSocialies, 2011.
- MEUCCI, Isabella Duarte Pinto. O Austromarxismo e a Questão Nacional: Contribuições de Otto Bauer e Karl Renner. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 5, n. 1, 2014.
- RENAN, Ernst. Qu'est-ce qu'une nation? Disponível em <<http://www.bmlisieux.com/archives/nation01.htm>
- SCHORSKE, Carl. *Viena Fin-de- Siècle. Política e Cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas. Revista de Historia intelectual*, Quilmes, n. 4, p. 149-191, 2000.
- THOMPSON, John. Ideología. In: *Ideología e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.